

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS**



MARIA FERNANDA SALES NOGUEIRA PEREIRA

**TURISMO EM COMUNIDADES NA BUSCA DO DESENVOLVIMENTO À ESCALA
HUMANA EM ICAPUÍ/CE**

**FORTALEZA - CE
2015**

MARIA FERNANDA SALES NOGUEIRA PEREIRA

TURISMO EM COMUNIDADES NA BUSCA DO DESENVOLVIMENTO À ESCALA
HUMANA EM ICAPUÍ /CE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos do Centro de Estudos Sociais Aplicados e Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Gestão de Negócios Turísticos.

Área de Concentração: Negócios Turísticos.

Orientadora: Dra. Luzia Neide M. T. Coriolano

FORTALEZA - CE

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Pereira, Maria Fernanda Sales Nogueira.

Turismo em comunidades na busca do desenvolvimento à escala humana em Icapuí/CE [recurso eletrônico] / Maria Fernanda Sales Nogueira Pereira. - 2015.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 102 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos, Fortaleza, 2015.

Área de concentração: Gestão de Negócios Turísticos.
Orientação: Prof.ª Ph.D. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano.

1. Comunidades Litorâneas. 2. Turismo. 3. Sustentabilidade. 4. Desenvolvimento Local. 5. Desenvolvimento Humano. I. Título.



Universidade Estadual do Ceará - UECE

Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da UECE - IEPRO
Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos

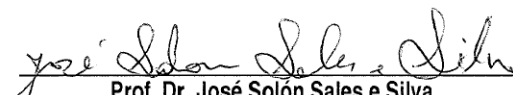
DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, para os devidos fins e prova, que **MARIA FERNANDA SALES NOGUEIRA PEREIRA**, aluna do Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará – UECE, defendeu em **09 de Fevereiro de 2015** a sua Dissertação intitulada: “**Turismo em Comunidades na Busca do Desenvolvimento à Escala Humana, em Icapuí/CE**”, obtendo conceito **Satisfatório**.


Membros da Comissão Examinadora:


Prof.ª Dra. Luzia Neide Coriolano
Presidente/Orientadora


Prof.ª Dra. Laura Mary Marques Fernandes
1º Membro


Prof. Dr. José Solón Sales e Silva
2º Membro

VISTO:


Prof. Dr. Fábio Perdigão Vasconcelos
Coordenador do Curso de Mestrado Profissional
em Gestão de Negócios Turísticos

Dedico aos “anjos”, materializados em pessoas que fazem parte da minha vida, me guiam e fazem da minha existência um eterno aprendizado em busca de realizações.

Humanização é o processo que confirma no homem traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, aquisição do saber, boa disposição para com o próximo, afinamento das emoções, capacidade de penetrar nos problemas da vida, senso da beleza, percepção da complexidade do mundo e dos seres, cultivo do humor, literatura que desenvolve em nós a quota de humanidade, na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. (SOUZA, 1999).

AGRADECIMENTOS

A Deus e Nossa Senhora, espiritualidades que me guiam emanando luz, força e alegria em todos os passos e decisões da minha vida.

Aos meus pais, Eura e Paulo, principais responsáveis pela formação enquanto pessoa, pautada na humanização por meio de princípios éticos, de justiça, honestidade, bom senso e no respeito e solidariedade ao próximo. Pelos conselhos e apoio nas decisões tomadas.

À irmã Valéria (Lela), que em todos os momentos torce e reza para a realização dos meus sonhos.

Aos meus filhos Sarah e Filipe, razão maior da minha existência, pelo incentivo e apoio nessa trajetória tão importante. Por aguentarem meus enjooos, por deixá-los sem meus “mimos” durante a construção do trabalho, por se “acostumarem” com o nosso lar “bagunçadinho” sempre resilientes. Filipe, ao toque do seu violão que me ajuda no “afinamento das emoções”.

Aos meus sobrinhos Douglas, Bruno e Livyane pela ajuda no trato com o computador e pelos momentos de distração que me proporcionaram durante o processo de construção da pesquisa.

Ao companheiro, amor Luzilton (D’eu), pela paciência, incentivo, apoio e envolvimento, seriamente na pesquisa de campo em Icapuí e por termos sobrevivido juntos às adversidades.

Às colegas de trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa – CE: Sandrinha Pedrosa, Fatinha Carvalho, Silvânia Mourão, Lilian Rêgo, Auxiliadora Marcolino e Rita Coutinho. Sem vocês não concluiria a pesquisa no período certo.

Ao “quarteto fantástico” Diana Nóbrega, Heline Joyce, Norma David e Sandra Pedrosa, pela paciência, disponibilidade, amor, carinho, compreensão, dedicação e força nos momentos mais difíceis que trilhei. Não imagino a conclusão desse trabalho sem vocês no meu caminho.

Especialmente a Norma David, sem seu “empurrão” minha amiga, não estaria aqui obtendo o título de Mestre.

À Silvana David Pires, a “Amiga” *in memoriam*, pelos momentos dedicados especialmente a mim, com amor, cuidados e muitos “mimos”, transmitindo sempre toda luz, energia positiva e leveza nos momentos que passamos juntas. Pelas orações direcionadas a mim e aos meus filhos, pelos incensos e velas acesas nos momentos difíceis e, principalmente, por termos nos escolhido como amigas. Saudades, meu anjo.

À minha querida orientadora, Professora Dra. Luzia Neide M. T. Coriolano, pela oportunidade, confiança e orientação precisa. Pelo acolhimento desde o primeiro contato, estímulo nas pesquisas e estudos e contribuição para meu crescimento acadêmico. A senhora fará sempre parte da minha vida como exemplo de profissional dedicada, amiga e companheira.

Aos professores doutores Laura Mary Marques Fernandes e Rosendo de Freitas Amorim, pela disponibilidade em participar da banca examinadora.

À Zenilse Rebouças, filha de Icapuí, que de início conheci virtualmente por intermédio da Sandra Pedrosa, e que antes de nos conhecermos pessoalmente me emprestou livros para a pesquisa, hospedou-me em sua casa com minhas acompanhantes enquanto desenvolvia parte da pesquisa, além de apresentar pessoas que prestaram depoimentos essenciais para a realização da dissertação.

Aos moradores das comunidades estudadas, sem exceção, pela recepção, disponibilidade, paciência, boa vontade e empenho de ajudar na construção da pesquisa. De 2013 para cá nunca obtive um não, ou um talvez sequer, como resposta. A vocês serei sempre grata pelos valiosos conhecimentos e ensinamentos adquiridos.

Por fim sinceros agradecimentos a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará que possibilitou o crescimento pessoal, profissional e acadêmico nessa jornada de conhecimento.

RESUMO

Essa dissertação tem como objeto de investigação as comunidades de Ponta Grossa, Redonda, Requenguela e Tremembé no município de Icapuí. Analisa o turismo desenvolvido nas comunidades e a relação com o município de Icapuí localizado no litoral leste cearense, que tem histórico de participação popular e elevado nível de politização. São comunidades tradicionais que produzem artesanalmente embarcações e artefatos de pesca, utensílios que famílias utilizam no litoral e desenvolvem um turismo alternativo. Constituídas por grupos de pescadores de lagosta que enfrentam o desafio de fiscalizar o litoral para evitar a pesca predatória, destacam-se pelas belezas naturais, patrimônio histórico e cultural, assim, o lugar recebe fluxos de turistas de vários lugares. Busca-se compreender transformações das comunidades de Ponta Grossa, Redonda, Requenguela e Tremembé a partir da chegada da atividade turística que transforma as comunidades ao passarem a ser núcleos receptores do turismo, áreas de segundas residências, com implicações no desenvolvimento socioespacial de Icapuí. Estuda-se o turismo para compreender a possibilidade do turismo sustentável como possibilidade de desenvolvimento pautado no crescimento humano, no exercício digno da cidadania, da justiça social para a promoção do bem estar dos residentes e turistas. A pesquisa remete a matriz de análise de Max-Neef (2012), que apresenta as necessidades e satisfatores do desenvolvimento à escala humana. A partir da matriz de Neef elabora-se a matriz das necessidades e satisfatores das comunidades pesquisadas. Ponta Grossa une residentes na luta pela terra e contra o turismo convencional. Redonda tem destaque na luta pelos direitos humanos, bem como por ter sido, no Ceará, a primeira comunidade a propor o turismo de base comunitária. Requenguela abraça o turismo sustentável e a educação ambiental para a preservação do território e melhoria de vida da população. Tremembé destaca-se na proposta do turismo comunitário como meio de possibilitar desenvolvimento responsável e sustentável para o município, desde 1993 quando constrói pousada que leva o nome da comunidade. Conclui-se que apesar dos políticos de Icapuí terem migrado para as políticas nacionais as comunidades tentam manifestar-se organizadas e produtivas, agora com ajuda de ONGs, a exemplo da Fundação Brasil Cidadão.

Palavras-chave: Comunidades Litorâneas. Turismo. Sustentabilidade. Desenvolvimento Local. Desenvolvimento Humano. Icapuí – CE.

ABSTRACT

This dissertation is to research the object Ponta Grossa communities, Round, Requenguela and Tremembe in the city of Icapuí. Analyzes the tourism developed in the communities and the relationship with the Icapui of municipality in Ceará east coast, which has a history of popular participation and high level of politicization. Are traditional communities that produce handmade boats and fishing artifacts, tools that families use on the coast and develop an alternative tourism. Consisting of lobster fishermen groups that face the challenge of overseeing the coast to prevent overfishing, we highlight its natural beauty, historical and cultural heritage, so the place gets flows of tourists from various places. We seek to understand transformations of Ponta Grossa communities, Round, Requenguela and Tremembé from the arrival of tourism that transforms communities when moving on to be core tourism receptors, areas of second homes, with implications for the social and spatial development Icapui. Tourism is studied to understand the possibility of sustainable tourism as a possibility of guided development in human growth, worthy citizenship, social justice, to promote the well-being of residents and tourists. Research refers to analytical matrix Max Neef (2012), which shows the development needs and satisfier human scale. From the Neef matrix is drawn up the array of needs and satisfiers of the surveyed communities. Ponta Grossa unites residents in the struggle for land and against conventional tourism. Round has highlighted the fight for human rights and for being, in Ceará, the first community to propose the community-based tourism. Requenguela embraces sustainable tourism and environmental education for the preservation of the territory and improvement of people's lives. Tremembé stands out in the proposal of community tourism as a means to enable responsible and sustainable development for the city since 1993 when constructing hostel that leads the community name. We conclude that despite the politicians Icapui have migrated to the national political communities try to manifest itself organized and productive, now with the help of NGOs, such as the Brazil Citizen Foundation.

Keywords: Coastal Communities. Tourism. Sustainability. Local Development. Human Development. Icapuí - CE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Litoral Leste do Ceará – Mapa Turístico	23
Figura 2: Localização Geográfica do Município de Icapuí	26
Figura 3: Foto da Placa de Acesso a Icapuí.....	35
Figura 4: Praia de Redonda	38
Figura 5: Casa de Alpendre - Comunidade de Mutamba, Icapuí.....	40
Figura 6: Gruta de Nossa Senhora de Lourdes.....	41
Figura 7: Igreja N. S. da Soledade – Icapuí (sede)	42
Figura 8: Sítios Dunares – Ponta Grossa	43
Figura 9: Comunidades de Icapuí e Serviços Turísticos	49
Figura 10: Acesso a Praia de Ponta Grossa	51
Figura 11: Pousada em Ponta Grossa	53
Figura 12: Chalé em Ponta Grossa	54
Figura 13: Praia de Redonda	55
Figura 14: Decoração de Pousada na Praia de Redonda	56
Figura 15: Vista da Praia de Redonda	58
Figura 16: Praia de Requenguela.....	60
Figura 17: Estação Ambiental Mangue Pequeno - Praia de Requenguela	62
Figura 18: Passarela no Mangue - Praia de Requenguela.....	63
Figura 19: Praia de Tremembé.....	64
Figura 20: Placa indicando a Pousada Tremembé.....	66
Figura 21: Pousada Tremembé.....	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Matriz de Necessidades e Satisfatores	79
Quadro 2: Matriz Necessidades Humanas Fundamentais Comunidades de Icapuí..	81
Quadro 3: Matriz Satisfatores Comunidades de Icapuí	82

LISTA DE SIGLAS

ACICA	Associação Cultural Icapuiense
ADELCO	Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido
AEUA	Associação dos Estudantes Universitários Aracatienses
APA	Área de Proteção Ambiental
AQUASIS	Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos
ASTUMAC	Associação de Turismo, Cultura e Meio Ambiente de Ponta Grossa
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
FBC	Fundação Brasil Cidadão
GDTur	Associação Grupo de Desenvolvimento do Turismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Mtur	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONG	Organização Não Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social da Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas

SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SETUR	Secretaria de Turismo do Estado do Ceará
TER	Tribunal Regional Eleitoral
TUCUM	Rede Cearense de Turismo Comunitário
UNEP	União Estudantil Praiana
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Órgão das Nações Unidas para Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	ICAPUÍ NO CONTEXTO DO LITORAL LESTE CEARENSE	22
2.1	ICAPUÍ: HISTÓRIA DE UM MUNICÍPIO POLITIZADO	27
2.2	UM LUGAR ACONCHEGANTE E RECEPTOR DE TURISTAS.....	34
3	COMUNIDADES DE ICAPUÍ: CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	48
3.1	TURISMO E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NAS COMUNIDADES.....	69
3.2	TURISMO E DESENVOLVIMENTO À ESCALA HUMANA	74
3.3	O TURISMO QUE TEMOS E O TURISMO QUE QUEREMOS.....	84
	CONCLUSÕES	87
	REFERÊNCIAS	91
	APÊNDICE	97

1 INTRODUÇÃO

Turismo em Comunidades na Busca do Desenvolvimento à Escala Humana em Icapuí/CE é dissertação do Mestrado Profissional de Gestão em Negócios Turísticos, da Universidade Estadual do Ceará e tem como objeto de investigação as comunidades de Ponta Grossa, Redonda, Requenguela e Tremembé no município de Icapuí, Ceará. Analisa-se o turismo produzido por comunidades no município de Icapuí, localizado no litoral leste cearense, que tem histórico de participação popular e elevado nível de politização.

O litoral cearense, banhado pelo Oceano Atlântico possui 578 km de litoral ocupado por inúmeros municípios. Desde 1989, no Governo Tasso Jereissati, o litoral é segmentado em litoral leste ou Costa do Sol Nascente e litoral oeste ou Costa do Sol Poente para facilitar roteiros. As comunidades estudadas ficam no litoral leste. A década de 1990 torna-se marco para o crescimento econômico do Estado com ações do governo focadas na implantação de infraestruturas urbanas para tornar o Estado moderno e turístico, época que o Ceará implementa o turismo convencional, de hotéis de bandeira nacionais e resorts fazendo surgir também o turismo alternativo ou de comunidades.

O litoral leste cearense, recorte espacial da investigação área de interesse da pesquisadora, inicia-se em Fortaleza indo até o limite do Estado do Rio Grande do Norte. Nesse litoral, encontram-se inúmeros atrativos turísticos, típicos de zonas costeiras tais como: falésias, coqueiros, fontes de água doce, dunas, sol e clima tropical propício a banhos e praias consideradas pela mídia como paradisíacas. O Ceará e o Nordeste passam a ser conhecidos nacionalmente como núcleos receptores do turismo de sol e praia.

Nesse cenário, Fortaleza e o litoral cearense tornam-se áreas importantes para o turismo do Estado. Recursos estatais consolidam a capital como principal núcleo receptor e distribuidor do fluxo turístico. Fortaleza redefine o espaço da metrópole ao ampliar centros comerciais, *shopping centers*, serviços turísticos, implementando a rede hoteleira, restaurantes e espaços de lazer. Também o litoral

passa a ser o espaço privilegiado de atividade turística com transformações socioespaciais, em especial rodovias e equipamentos turísticos.

Icapuí é um desses municípios e dista apenas 200 km de Fortaleza. Trata-se de uma antiga vila de pescadores chamada Caiçara, transformada em município, em 1985. Teve grande destaque na política cearense, por ter sido lócus da origem do Partido dos Trabalhadores no Ceará, o que deu ao município visibilidade pública nacional. A luta de comunidades e prática da cidadania dos habitantes cobra da Administração Pública projetos de desenvolvimento e capacitação para a população o que dá relevância ao município. O município assemelha-se aos demais espaços litorâneos do Estado, em relação à população predominante de pescadores, artesãos e agricultores, mas difere no nível de consciência política dos habitantes.

As comunidades pesquisadas são Ponta Grossa, Redonda, Requenguela e Tremembé reconhecidas como comunidades tradicionais que produzem artesanalmente embarcações e artefatos de pesca, utensílios que famílias utilizam no litoral e desenvolvem um turismo alternativo. Constituídas por grupos de pescadores de lagosta que enfrentam o desafio de fiscalizar o litoral para evitar a pesca predatória, destacam-se pelas belezas naturais, patrimônio histórico e cultural, assim, o lugar recebe fluxos de turistas de vários lugares.

O estudo requer explicar o objeto de investigação no sentido de analisar a relação entre os que trabalham turismo e a população local, no sentido da busca do desenvolvimento na escala humana. Busca-se compreender transformações das comunidades de Ponta Grossa, Redonda, Requenguela e Tremembé a partir da chegada da atividade turística que transforma as comunidades ao passarem a ser núcleos receptores do turismo, áreas de segundas residências, com implicações no desenvolvimento socioespacial de Icapuí. Estuda-se o turismo para compreender a possibilidade do turismo sustentável como possibilidade de desenvolvimento pautado no crescimento humano, no exercício digno da cidadania, da justiça social para a promoção do bem estar dos residentes e turistas.

O desenvolvimento local no turismo implica a inserção dos sujeitos sociais assumindo papéis ativos no processo de organização da oferta de produtos e

serviços do destino turístico, sendo beneficiados com a atividade turística. Nesse sentido, residentes das comunidades se organizam para a produção local do turismo de forma diferenciada ao buscarem alternativas de sobrevivência econômica na atividade, levando a valorização do modo de vida, da cultura e defesa do meio ambiente.

As organizações produtivas com esse fim – solidárias, informais, comunitárias – são vistas como um movimento social de resistência ao processo de expansão econômica nos moldes convencionais, ou ainda forma complementar ao turismo convencional. Estas organizações têm como espaço um território delimitado, no qual se articulam, se mobilizam, e organizam a cooperação estratégica para inserção no mercado, colaboração e interdependência, incentivando o desenvolvimento endógeno local voltado à escala humana.

Partindo desses fatos e considerando a amplitude das questões que permeiam a relação do turismo voltado para o desenvolvimento humano, é que se investigam as políticas públicas e iniciativas privadas em Icapuí para verificar como é promovido o desenvolvimento da população residente e quais os benefícios da comunidade com o turismo. Verifica-se se há estímulo à conservação dos recursos naturais, conservação do patrimônio natural, se há bons serviços de saúde, educação, lazer, segurança, para a população residente, o que é considerado infraestrutura de apoio dos turistas.

O conceito de desenvolvimento sustentável para o Ministério do Meio ambiente baseia-se na atividade humana que harmoniza o imperativo do crescimento econômico com promoção de equidade social e preservação do patrimônio natural, garantindo que as necessidades das gerações atuais sejam atendidas, sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras. Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento sustentável não apenas com visão de desenvolvimento econômico é considerado preocupação, assim como os impactos de decisões conjuntas entre governo e sociedade na qualidade de vida das populações presentes e futuras.

O tema da dissertação surge a partir da realidade vivenciada na Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do

Ceará, local de trabalho da pesquisadora. A necessidade de reflexões mais aprofundadas acerca dos valores e direitos humanos e o entusiasmo nos trabalhos realizados voltados ao desenvolvimento humano e inclusão social instigaram o estudo do desenvolvimento à escala humana pelo turismo.

A atividade turística recebe apoio do poder público por ser considerada atividade econômica importante na geração de renda, emprego, intercâmbio de pessoas e de culturas. Requer dos governos ações para instalação de infraestruturas urbanas como transportes, saneamento básico, construção e manutenção de atrativos turísticos, culturais e preservação da cultura local. Essas ações são consideradas infraestruturas de apoio.

As comunidades escolhidas para a pesquisa são justificadas pelo fato de cada uma apresentar história diferenciada na organização de propostas de turismo responsável. Ponta Grossa une residentes na luta pela terra e resiste ao turismo convencional. Redonda tem destaque na luta pelos direitos humanos, bem como por ter sido, no Ceará, a primeira comunidade a propor o turismo de base comunitária. Requenguela abraça o turismo sustentável e a educação ambiental para a preservação do território e melhoria de vida da população. Tremembé destaca-se na promoção do turismo comunitário como meio de possibilitar desenvolvimento responsável e sustentável para o município, desde 1993 quando constrói pousada que leva o nome da comunidade.

A problemática investigada surge a partir da dinâmica organizacional das comunidades de Icapuí na inserção da atividade turística. Sabe-se das implicações que o turismo gera em comunidades tradicionais pesqueiras, com atividades produtivas importantes que impõem às comunidades novas formas de organização, em detrimento das tradicionais utilizadas pelos moradores. Diante da problemática identificada necessita-se saber quais as ações que são tomadas pelas políticas públicas das comunidades para a promoção do desenvolvimento digno e justo das atividades pesqueira e turística. Outra questão relevante remete aos conflitos existentes entre comunidades em torno da atividade turística e as alterações em torno da produção e consumo do espaço litorâneo descaracterizando paisagens.

Questiona-se se o turismo é alternativa viável para a melhoria de vida das comunidades de Ponta Grossa, Redonda, Requenguela e Tremembé e se há interesses apenas dos empresários, na inserção da atividade turística. Pelo exposto, considera-se pertinente os seguintes questionamentos:

- Como surge o turismo nas comunidades de Ponta Grossa, Redonda, Requenguela e Tremembé?
- Qual o significado do turismo para os residentes?
- Em que o turismo alternativo se diferencia do turismo convencional?
- Como o turismo pode contribuir para o desenvolvimento na escala humana?
- Que papel desempenham ONGs em Icapuí?

O objetivo central é analisar o turismo de comunidades no caminho do desenvolvimento na escala humana e da conservação ambiental. Os específicos são:

- Compreender as relações entre moradores e turistas;
- Identificar as formas de organização dos residentes na oferta turística e de luta aos problemas oriundos da atividade;
- Identificar como comunidades com o turismo alternativo promovem o desenvolvimento voltado às pessoas e à conservação da natureza.

Estudar turismo requer visão multidisciplinar e metodologia crítica que ajude na compreensão do envolvimento de práticas sociais entre a diversidade de atores sociais e interesses diversos. Contextualizar o fenômeno socioespacial ajuda a compreensão dos fatos, a inseri-los na temporalidade e possibilidades para um desenvolvimento humanizado.

Adota-se o método dialético, com abordagem crítica para compreender os fatos históricos. Diz Lakatos e Marconi (2003, p. 101) que para a dialética “as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma

coisa está “acabada”, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo do outro.” A revisão de literatura especializada sobre turismo de base comunitária e sustentável e desenvolvimento humano serve de base nas interpretações dos dados da pesquisa de campo. A abordagem é qualitativa.

A pesquisa de campo foi realizada em quatro comunidades, recorte espacial das observações diretas, com documentação fotográfica da área estudada, aplicação de questionários e entrevistas de campo com roteiros previamente estabelecidos. Foram entrevistados residentes, líderes comunitários, representantes de ONGs e Associações locais. Realizou-se visita a Prefeitura de Icapuí para conhecer as políticas elaboradas para o turismo, mas constatou-se que não existe documentação referente a planos e projetos no turismo, o que fez a pesquisadora realizar pesquisas a esse respeito via Internet. A realidade é explicada à luz de teorias e conceitos. Assim, as categorias de análise são: litoral, território, turismo, turismo comunitário, turismo de base local, turismo sustentável desenvolvimento à escala humana, comunidade, cultura e sustentabilidade.

Com base nas teorias explica-se a realidade. Categorias de análises referem-se a conceito que envolve elementos com características comuns ou que se relacionam entre si. É uma palavra relacionada a ideia de classe ou série. Ao se utilizar categorias estabelecem-se classificações, ao agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito. A base teórica que norteia a pesquisa é subsidiada pela geografia, economia e turismo, ou seja, conceitos das ciências humanas ou sociais.

A dissertação está estruturada em quatro partes. Na primeira apresenta-se a proposta do estudo com justificativa, problematização, questionamentos, objetivos e opção metodológica.

Na segunda parte, estuda-se *Icapuí no Contexto do Litoral Cearense*, ou litoral leste e o município por meio da população, paisagem, comunidades turísticas, contemplando o que Icapuí oferece no segmento do turismo de sol e praia. Ressalta-se a dinâmica do litoral e a trajetória de um município politizado.

Na parte seguinte, identifica-se comunidades relevantes para a compreensão do turismo. Assim, no item *Comunidades de Icapuí: caminhos para sustentabilidade e desenvolvimento do turismo*, apresenta-se reflexões sobre o conceito de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e sobre o turismo alternativo proposto nas quatro comunidades estudadas.

Das análises, tecem-se conclusões com o entendimento que o estudo não encerra a discussão acerca da relação entre turismo em comunidades e desenvolvimento na escala humana. Espera-se avançar com o tema que é rico e instigante. Espera-se também contribuir para o debate acerca da temática que possa servir de subsídio para planejamentos turísticos voltados para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, pautada em ações solidárias e troca de conhecimento entre povos e culturas diferentes, resguardando os princípios básicos das necessidades humanas.

2 ICAPUÍ NO CONTEXTO DO LITORAL LESTE CEARENSE

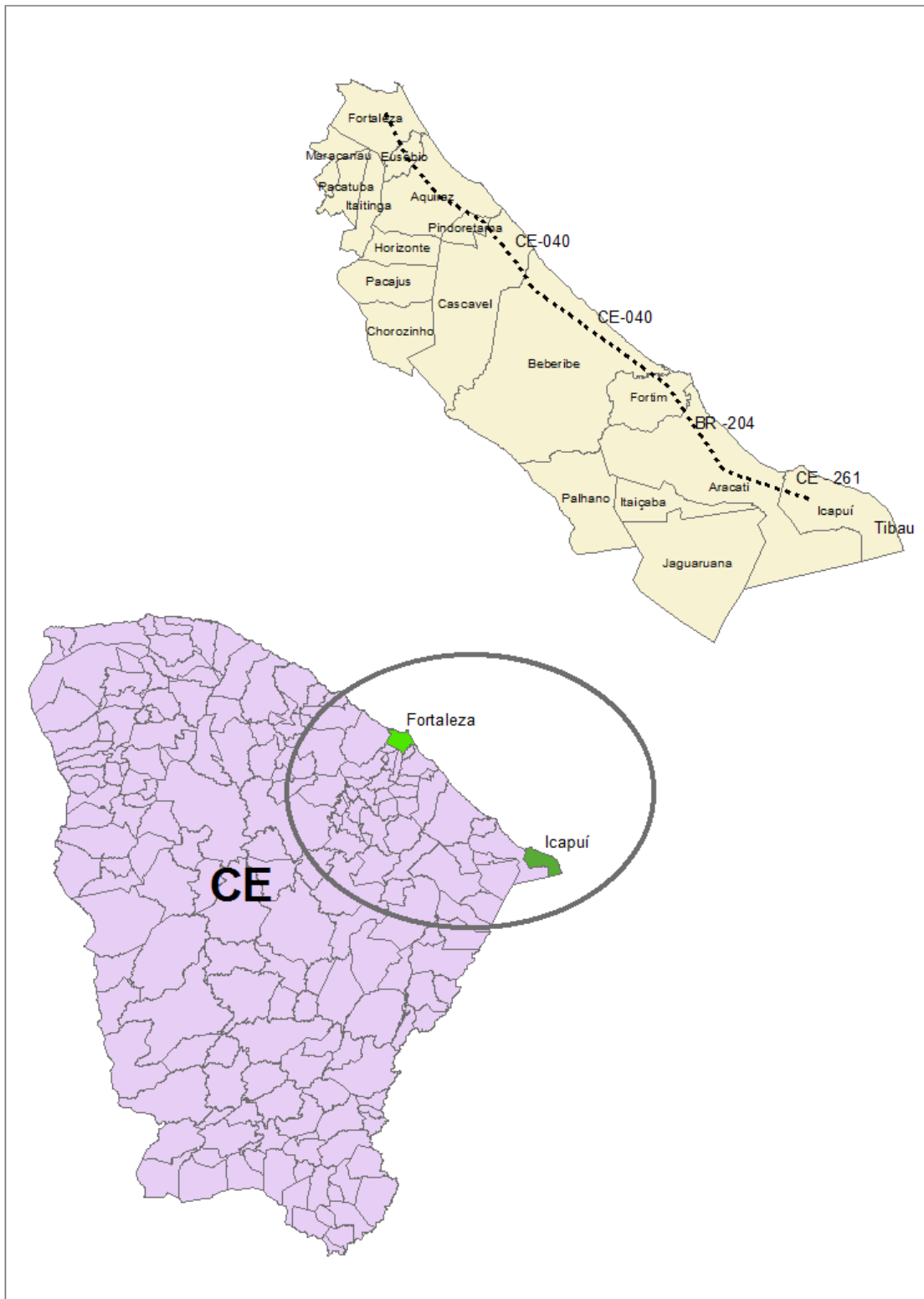
O litoral como espaço de lazer ganha força no Brasil em meados do século XX, quando o turismo chega a capital do Ceará e estende-se aos municípios litorâneos, chegando a Icapuí, objeto do estudo. O processo de valorização dos espaços litorâneos implica além do valor econômico, a utilização de novos símbolos e costumes que passam a considerar a natureza objeto e mercadoria. Antes tinha apenas valor de uso, mas passa a ter valor de troca. Coriolano (2006), analisando o processo de valorização e ocupação litorânea no Ceará, afirma que:

No caso específico do Ceará, até meados do século XX, a região costeira não era valorizada em termos de espaço urbano para o turismo. Apenas as atividades portuárias e de pesca artesanal ocupavam esse lócus, além das ocupações de residências e de atividades oficialmente marginalizadas, como boemia, trabalho e cultura popular. Com a valorização do litoral e implantação de projetos financiados pelas agências financeiras internacionais e nacionais, a partir da década de 1980, o litoral foi redirecionado para lazer e turismo. (CORIOLANO, 2006, p. 167).

O litoral do Ceará é dividido convencionalmente pela Secretaria de Turismo do Estado em litoral leste e oeste, visto localizar-se no norte do Estado. Esta classificação indica o rumo que o turista pode tomar a partir do Porto do Mucuripe e seguir em direção oeste ou a leste. No caso a pesquisadora segue direção leste, indo até o extremo com Rio Grande do Norte.

O litoral leste do Ceará é um corredor turístico, que conforme Boullón (2002) são corredores, vias de conexão entre zonas ou áreas de uma mesma região turística, classificados de acordo com a função. O corredor turístico de traslado refere-se à rede de estradas de um país ou região por onde se deslocam fluxos turísticos. A estrada corredor promove deslocamentos regionais de ida e volta no mesmo dia ou com pernoite no lugar visitado. Nesse sentido, saindo de Fortaleza localizam-se vários destinos do segmento do turismo de sol e praia, tais como Aquiraz, Cascavel, Beberibe, Fortim, Aracati e Icapuí, conforme Figura 1.

Figura 1: Litoral Leste do Ceará – Mapa Turístico



Fonte: Adaptado do Folder Festival de Gastronomia Icapuí - Ceará, 2012.

Os espaços litorâneos configuram-se como área natural de valor paisagístico. Tornam-se atrativos turísticos em muitos lugares, como Cruz (2001) acrescenta:

Uma das características do litoral nordestino, responsável por grande parte de sua atividade turística, é o clima regional, quente durante todo o ano e com altos índices de insolação. Isto torna possível seu aproveitamento para lazer e recreação durante as quatro estações do ano, constituindo uma das molas propulsoras do turismo na região. (CRUZ, 2001, p. 264).

O segmento de sol e praia destaca-se por ser um dos mais procurados pelos turistas que buscam litorais como alternativa de lazer, motivados pelo descanso, práticas esportivas, bem como troca de experiências em comunidades litorâneas. O espaço litorâneo nordestino passa então a ser destino de turistas, de início, pela própria condição geográfica e climática. Contudo a atividade turística realizada nos espaços litorâneos é uma produção essencialmente humana e politizada. Por meio do trabalho utiliza-se de espaços geográficos para legitimação de práticas de lazer. No espaço litorâneo, o turismo se consolida de forma intensiva.

A valorização das zonas de praia no Ceará ocorre a partir de políticas públicas voltadas para o turismo, estabelecidas a partir dos anos 1980, conferindo a estes espaços cearenses diferentes usos. A partir dessa década, o turismo faz-se presente nos interesses da gestão pública estadual e ganha importância gradativa no foco das políticas públicas. Coriolano (1998) estabelece periodização das políticas públicas cearenses indo da chamada “fase dos coronéis”, passando por uma “fase de transição” e culminando na “fase dos empresários”, que se estabelece até a atualidade. A respeito do tema, Coriolano (1998) expõe:

Pode-se afirmar que o turismo foi introduzido programadamente no Ceará, de forma mais arrojada, pelas políticas públicas de desenvolvimento econômico, no final da década de 1980, com o Plano de Mudanças, do governo Tasso Jereissati (1987/1990). Nesse governo, o Estado passa a considerar o turismo como um dos eixos de propulsão da crescente economia local. (CORIOLANO, 1998, p. 66-67).

Amparado nas políticas locais, o turismo passa a ser considerado no Ceará um dos principais vetores do crescimento econômico do Estado, com notório destaque no turismo de sol e praia, de negócios e eventos. Nesse sentido, são muitas as análises que apontam para o processo de valorização do espaço

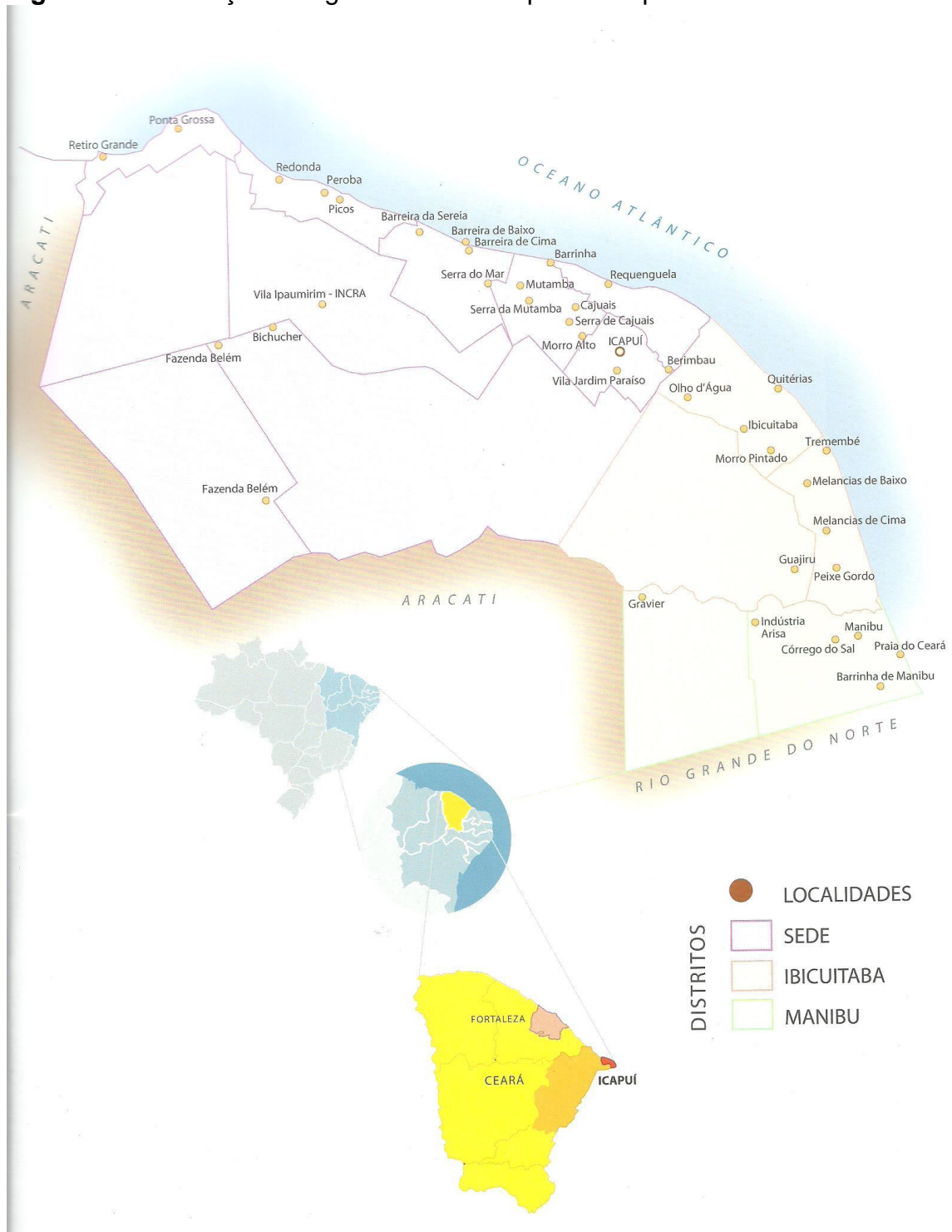
litorâneo. Evidencia-se o destaque frente aos demais espaços ocupados, produzidos e consumidos pela sociedade, pelo interesse dos turistas em visitar localidades que possuam mar para prática do banho como atividade turística o ano todo.

O Ministério do Turismo (2010) aponta que turismo de sol e praia constitui uma das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor. O segmento relaciona-se com atividades turísticas em ambientes naturais com a junção de água, sol e mar, praias ensolaradas na maior parte do tempo, sendo essa a marca do litoral cearense. Praias extensas, diversidade de paisagens naturais e ecossistemas, sol e ventos durante quase o ano todo são atributos do litoral leste do Ceará, área da pesquisa.

O Ceará, conforme Coriolano (1998, p. 43) “representa 16% do litoral nordestino e 7% da costa brasileira”, dessa forma, a extensão territorial litorânea concilia o turismo de sol e praia com a diversidade de dinâmicas distintas. O conjunto amplo e complexo de ambientes litorâneos possui características e potencialidades para o turismo e em grande parte alcança o desenvolvimento necessário ao segmento de sol e praia.

Icapuí sendo o último município na direção do litoral leste cearense, ficando na divisa com Rio Grande do Norte, é bastante procurado para o lazer em comunidades e vilarejos comunitários. As comunidades têm história política petista, vivência de associações comunitárias com fortes lideranças locais. Como os demais espaços litorâneos do Estado, possui população predominante de famílias de pescadores, artesãos e agricultores. Na Figura 2 observa-se a localização geográfica do município.

Figura 2: Localização Geográfica do Município de Icapuí



Fonte: Adaptado do Atlas de Icapuí- Ceará, 2012.

O município pertence à microrregião administrativa e turística do Baixo Jaguaribe e limita-se com o Oceano Atlântico, Aracati e o com o Estado do Rio Grande do Norte. Aloca-se em planície litorânea, que se estende por mais de 500

km da orla cearense e possui uma área de 423,448 km², com população de 19.129 habitantes (IBGE, 2013). Na vegetação da zona costeira cearense há predomínio do cultivo de caju e coco. A pesca é a principal atividade econômica do município, assim como a produção do sal. Ressalta-se que em Icapuí concentra-se a maior atividade de extração de petróleo em terra do Estado do Ceará. O município possui três distritos: Icapuí – sede -, Ibicuitaba e Manibu. A cidade de Icapuí possui quatro bairros – Mutamba, Cajuais, Salgadinho e Olho D'Água, com trinta núcleos populacionais, localizados nas quatorze praias que compõem o litoral do município.

2.1. Icapuí: história de um município politizado

O processo de colonização do Ceará dá origem ao município de Aracati e inicia-se no século XVII, com a chegada de holandeses expulsos do Recife, portugueses de Bragança e sertanejos do interior. Aracati destaca-se no processo de colonização do Ceará com o ciclo de gado, constituindo-se um grande município que no século XX dá lugar ao desmembramento de dois municípios: Icapuí e Fortim, onde deságua o Rio Jaguaribe.

Icapuí era chamado Praias e os moradores praianos. Com o decreto-lei estadual nº 448, de 20 de dezembro de 1938, passa a ser chamado de Caiçara por limitar terras com cerca de galhos que protegiam as tribos indígenas umas das outras. A partir de 30 de dezembro de 1943 passa a se chamar Icapuí, pelo decreto-lei nº 1.114. Icapuí tem significado de canoa veloz ou “igarapuí”, ou “coisa ligeira”. É palavra do tupi, supostamente corruptela da palavra igara-pui. (SILVA, 1998).

O historiador Freitas Filho (2003), ao contextualizar Icapuí no processo de colonização do Estado Ceará, legitima a identidade do povo icapuiense como:

[...] protagonistas na construção de um novo espaço social, onde muito contou a herança ativista dos nossos antepassados, traduzida no gosto irrefreável pelas façanhas e encantos da vida beira-mar, pelos folgares festeiros das bebedeiras e vaquejadas, das manifestas fantasias brejeiras, do religioso e do profano. O jeitinho manso e caviloso, a sinceridade um tanto maneirista, ao lado do desinteresseiro e cordial espírito hospitaleiro. Somos, pois, essa gente tenaz, guarida dessa disparatada gama de sentimentos, razão pela qual tornamo-nos tão resistentes as revessas geográficas e humanas, passível, claro, a desilusão das derrotas, capazes, porém, do resignativo despertar para um futuro sempre cheio de esperanças. (FREITAS FILHO, 2003, p. 101-102).

A denominação canoa veloz está associada à tradicional vinculação do povo do lugar com a pesca e é aceita pela população local. Esta denominação é amplamente utilizada nos momentos de produção cultural do município. A luta pela emancipação do município configura-se a partir de 1956, com um movimento organizado por lideranças locais e resulta na criação do município em 15 de janeiro de 1959, desmembrado de Aracati. Cirilo (2002) ao discorrer sobre processo de desmembramento afirma:

A votação da lei que regulamentou este ato, entretanto, fora votada no ano anterior, mas por uma manobra política das forças da oligarquia regional, a publicação da lei só deu-se em alguns dias no ano seguinte, fato que transferiu a realização das eleições, que em vez de ser em 1962 foi jogada para o ano de 1966. O golpe militar de 1964, no meio desse processo, deu força a oligarquia, que aprovou uma lei estadual, cancelando a sua estruturação como Município, adiando por mais duas décadas, ainda, o sonho da independência. (CIRILO, 2002, p. 63).

Os movimentos de organização popular eram tímidos face à cultura de dominação das elites imposta historicamente para a população, com tratamento paternalista de parte do poder público, entre promessas e ações contraditórias de políticos, que no período de campanha diziam-se comprometidos com o bem-estar do povo e quando eleitos agiam de outra forma. Isso dificultava que a população desse credibilidade à nova proposta de governo com participação popular. Quanto a essa realidade, Cirilo (2002) explica que:

No início não havia movimento organizado forte, mas através das constantes reuniões nas comunidades, que eram incentivadas e apoiadas à organização comunitária, a desconfiança foi se desfazendo à medida em que a equipe de governo mantinha a coerência, mostrando serviço. Desta forma, antes de fazerem qualquer coisa, em qualquer área, aconteciam as famosas assembleias populares, para discutir as prioridades das comunidades e do município. (CIRILO, 2002, p. 67).

O processo de participação popular fortaleceu as organizações em associações e em outras entidades, desencadeando o processo de compreensão e consciência do valor da organização popular como meio para o fortalecimento da luta por direitos sociais do povo icapuiense. A postura de luta do povo icapuiense continua a manifestar-se na década de 1980, com estudantes que fundaram a União Estudantil Praiana (UNEP) a Associação Cultural Icapuiense (ACICA), unidos com grupos de estudantes de Aracati, organizados pela Associação dos Estudantes Universitários Aracatienses (AEUA), setores da Igreja, mobilizando moradores do lugar comprometidos com a melhoria da qualidade de vida da população.

Os participantes do movimento acreditavam que somente com a emancipação de Icapuí ocorreriam mudanças no processo político-social que garantissem à população a efetivação dos direitos de cidadania. Sabe-se que o ideal de conquistas político-sociais consiste na construção do exercício pleno da cidadania, pautado na igualdade de direitos e era essa a postura defendida pela população icapuiense. Nas palavras de Cirilo (2002, p. 67-68):

Durante as mobilizações comunitárias, surgiram as primeiras associações de moradores e outras entidades, de forma que aos poucos, desencadeou-se um acelerado processo de compreensão e consciência da importância da organização popular como instrumento de mobilização e luta nos mais diversos setores da comunidade.

A história política de Icapuí resgata o plebiscito de 22 de janeiro de 1984, quando a população deu ao distrito a garantia da emancipação política-administrativa ao município. Por plebiscito, Icapuí torna-se município desmembrando-se de Aracati. Este passo é significativo para a população o que pode ser compreendido segundo Silva (2004):

Foi em clima de ampla participação popular e debates acalourados que em janeiro de 1985 através de plebiscito o povo de Icapuí diz SIM e a “Canoa Veloz” insurge altaneira no ‘quadrão da beira-mar’. Sem as amarras de Aracati, redefine seus rumos tendo como principal elemento constitutivo a corresponsabilidade ratificada na participação popular. (SILVA, 2004, p. 50).

O grupo que lutou pela emancipação de Icapuí era formado por militantes de ideologia política, porém, definida e entre os nomes dos candidatos o mais cogitado para disputar o cargo de primeiro prefeito foi de José Airton Felix Cirilo da Silva. A primeira eleição para prefeito de Icapuí foi disputada entre os candidatos José Airton Felix Cirilo da Silva e Carlos Antônio de Sousa, vice na coligação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB e Partido da Frente Liberal - PFL, que ganham a eleição; José Barreto Filho (Zé Rico), sendo vice Francisco Xavier de Oliveira, pelo Partido Democrático Social - PDS e Raimundo Porto Rodrigues, sendo vice Amadeu Monteiro Maia, pelo Partido Democrático trabalhista - PDT.

Icapuí torna-se município pela Lei nº 11.003, de 15 de janeiro de 1985, com instalação em 1º de janeiro de 1986. As lideranças políticas locais criaram comissão para, junto à bancada federal em Brasília, inserir Icapuí na relação dos novos municípios que realizam eleições nas prefeituras em 15 de novembro de

1985. Dessa forma, a eleição ocorrera naquela data, com mandatos de apenas três anos do primeiro prefeito e dos primeiros vereadores do novo município.

O movimento de emancipação política da década de 1980 implanta no município de Icapuí modelo de gestão que foi destaque nacional principalmente no que diz respeito às políticas de saúde e educação. O modelo de gestão serviu de base para movimentos de organização comunitária do município, sobretudo comunidades pesqueiras, com o destaque de Redonda, que é pioneira na organização de propostas de turismo alternativo ou comunitário no Estado do Ceará e no Nordeste do Brasil.

Desse modo, a luta pela emancipação política diferencia Icapuí dos demais municípios pelo envolvimento da comunidade na luta política-ideológica, com a formação de lideranças comunitárias que, a exemplo de Redonda, conta como apoio das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, que em 1977 inicia processo de mudança cultural sob a influência do Monsenhor Diomedes de Carvalho, com a criação de grupos de jovens e de senhoras que se organizavam na busca de educação, saúde, direitos e deveres da população. O compromisso do religioso com a melhoria das condições de vida da população levou a comunidade em 1983, a construir uma escola em regime de mutirão, com três salas de aula que leva o nome Monsenhor Diomedes.

O novo município elege o primeiro prefeito do PMDB, no entanto, já em 1987, o então prefeito filia-se ao Partido dos Trabalhadores - PT, partido que fica à frente da prefeitura de Icapuí por dois mandatos, com o primeiro prefeito e o segundo de 1986-1988 e 1993-1996, Dedé Teixeira nos anos de 1989-1992, 1997-2000 e 2001-2004, sendo Jerônimo Felipe Reis de Souza 2011-2012, o atual prefeito, reeleito para a nova gestão de 2013 a 2016. A cidade é a primeira no Nordeste a implantar o orçamento participativo e exhibe o mérito de ter colocado todas as crianças na escola quando obteve o reconhecimento oficial do UNICEF, o órgão das Nações Unidas para a infância, nas primeiras gestões.

A primeira administração de Icapuí admite como princípio norteador criar, apoiar e incentivar canais de comunicação entre população e prefeitura, de modo a concretizar uma administração participativa, com base na gestão democrática ao

viabilizar aos setores populares a criação de mecanismos institucionais que permitissem o gerenciamento coletivo do poder público, com fins para a legitimação do exercício da cidadania da população. Cirilo (2002) ao esclarecer sobre a transparência administrativa do município, diz que:

A prestação de contas foi um marco na história de Icapuí. Permitiu que o povo acompanhasse a aplicação do dinheiro do contribuinte, pois no Brasil o recurso público tornou-se uma espécie de caixa preta. A transparência na arrecadação e na aplicação das verbas públicas tornou-se um imperativo fundamental para credibilidade dos governantes e como instrumento de controle social, sem o qual nunca será garantida a cidadania. (CIRILO, 2002, p. 68).

A segunda administração inicia-se em clima de tensão. O candidato derrotado nas urnas, Raimundo Lacerda, do PMDB, entra com representação junto à Corregedoria Eleitoral para impugnar a eleição, alegando abuso de poder econômico e uso da máquina da prefeitura de Icapuí. O processo prolongou-se por mais de um ano, levando à cassação do prefeito eleito Dedé Teixeira, do vice-prefeito Francisco Bezerra Neto e do vereador Raimundo Bonfim Braga (Kamundo). Assume então o segundo colocado nas eleições, Raimundo Lacerda, permanecendo oito dias no cargo, visto que o recurso de apelação apresentado ao Tribunal Regional Eleitoral – TRE por Dedé Teixeira teve como resultado a absolvição de todos os candidatos acusados, por unanimidade.

Por conseguinte, a segunda gestão popular de Icapuí caracteriza-se pela tentativa da oposição em desestabilizar o governo do PT, que deu sequência aos princípios norteadores da primeira administração, ou seja, priorizando a participação popular e investindo nos setores de saúde e educação. Silva (1998) ao expressar o sentimento da população de Icapuí quanto a atuação do partido afirma que:

Ao perceber honrados os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral, a população de Icapuí não sentiu descontinuidade na passagem da primeira gestão para a segunda, pois o governo de Dedé Teixeira deu sequência ao projeto político-administrativo em curso. Com relação a educação, a administração manteve a política de garantir vagas para todos, nas escolas, com a vantagem de dispor da infraestrutura criada pela gestão anterior. Procurou-se investir muito na formação do quadro de professores, com a realização de cursos e reuniões de qualificação. Como resultado desse esforço, em 1991, Icapuí é reconhecido em nível nacional, ao conquistar o prêmio Criança e Paz – Educação, do UNICEF, até então inédito na América Latina. (SILVA, 1998, p. 123).

Com esse mérito, Icapuí revela-se no contexto político nacional com administração eficiente, tendo respaldo para buscar novas parcerias e, sobretudo,

apoio financeiro em nível federal e estadual para a realização de projetos em benefício da população. Assim, contribui também para um melhor relacionamento no plano político local, depois do processo turbulento do pedido de cassação da eleição para prefeito da gestão de 1989 a 1992. (SILVA, 1998)

A terceira gestão apresenta-se com a continuidade da parceria entre prefeitura e participação popular, porém com a preocupação em abrir todos os canais com os movimentos organizados da população para evitar formas de isolamento político que priorizassem os interesses privados em detrimento dos coletivos. A administração reconhece crise financeira nas secretarias do município, o que exigiu o reordenamento em todas as áreas de atuação da prefeitura. A exemplo da desarticulação do PT, Silva (1998) menciona a saída do Secretário de Saúde Odorico Monteiro de Andrade e da esposa também médica, Ivana Barreto, para trabalharem na equipe do prefeito do mesmo partido, Ilário Marques, em Quixadá. Assim a administração desenvolve ações com base na realidade da crise financeira da prefeitura, da desarticulação partidária, tendo que enfrentar a decadência da pesca, principal atividade geradora de renda para as famílias, para, conseqüentemente, criar alternativas de geração de emprego e renda para a população de Icapuí.

Os fatos comprovam que as primeiras gestões do município tiveram administração voltada para as demandas da população icapuiense, cobrando dos dirigentes o compromisso ético e político para a construção de um novo paradigma de gerenciamento público, com planejamento voltado ao protagonismo comunitário e contra a tradicional prática clientelista implementada durante anos. Até aqui a política era participativa, mas vários fatos políticos desgastam o modelo até então implantado.

Registram-se como fatos marcantes no cenário político de Icapuí e do Estado do Ceará, os políticos José Airton e Dedé Teixeira que por meio da repercussão dos trabalhos desenvolvidos no município saem da política local e destacam-se na política nacional, visto que José Airton está no terceiro mandato de deputado federal e Dedé Teixeira manteve dois mandatos como deputado estadual. No entanto, o rompimento dos dois políticos aliado a desestabilização do quadro socioeconômico do município, contribui para que a população de Icapuí traduza nas

urnas o desejo por mudanças, ao eleger um candidato de outro partido. De acordo com depoimentos dos residentes, os políticos do PT de Icapuí abandonam o legado da participação popular pela luta individual de políticos que buscam poder no partido na esfera nacional.

Nas eleições de 2004-2008, Icapuí elege José Edilson da Silva, tendo como vice Heverton Costa Silva pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, ambos reeleitos, mas cassados em 2011, pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará – TRE, por abuso de poder político e econômico. No período do processo da cassação, Manuel Jeová da Silva sem partido na época, assume a prefeitura. Linhas de tensões políticas podem ser observadas nas mudanças de gestão quando se verifica que Icapuí na essência política a qual foi concebida e fortalecida na participação popular, se insere nos últimos anos (2012 a 2014) em meio a um processo de descaso de lideranças políticas.

Inicialmente, as lideranças trabalhavam com visões e ideias capazes de agregar e de manter a liderança comunitária aliada a administração municipal, essa era a era marca do município. Isso foi destruído e agora em Itapuú, reina individualismo, e descaso político. O impacto dessas mudanças nas gestões públicas exige que as comunidades do município que cresceram em nível de consciência política e ambiental reinventem a forma de projetar desenvolvimento local, na total ausência das de políticas públicas de desenvolvimento municipal como realizado nas primeiras gestões. Essa mudança na política local, certamente vinculado aos problemas do desgaste do PT, introduz Icapuí a um processo de desgaste público funcional, quando os projetos não são mais capazes de gerar desenvolvimentos significativos por falta de gestão participativa local. A corrosão da política municipal decorre diretamente da fragilidade e/ou das ausências de lideranças políticas no município e de ações para enfrentamento aos problemas socioeconômicos do município

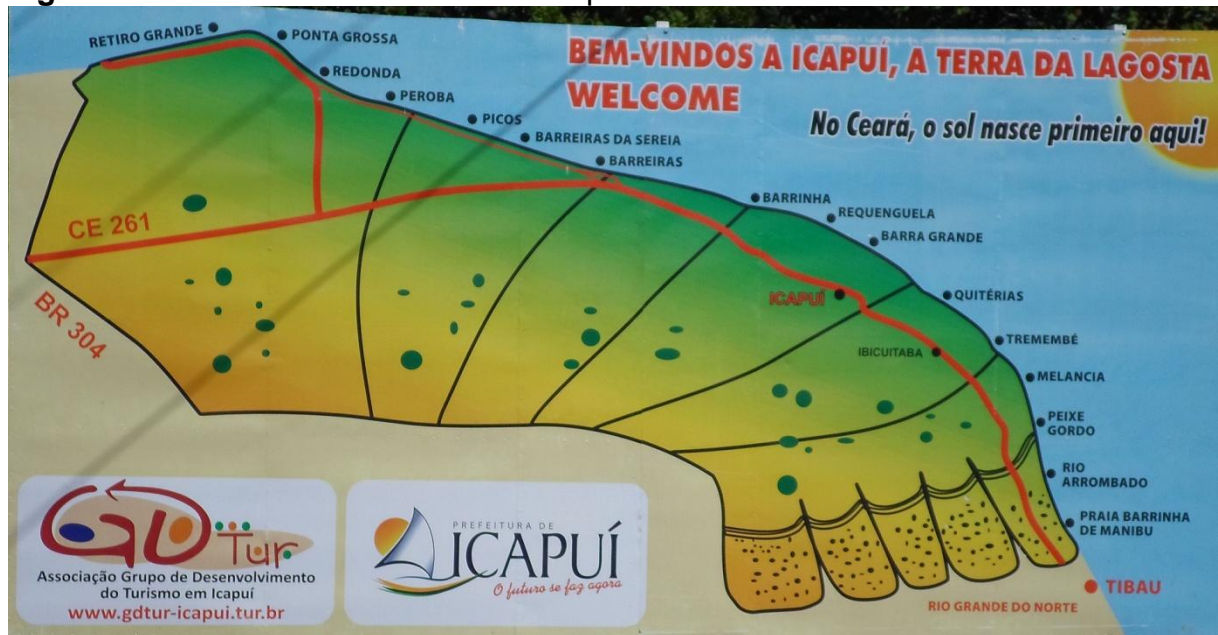
As primeiras gestões do município de Icapuí foram referência no modo de governar, com princípios norteadores de participação popular, transparência nas ações e prioridade das ações sociais. Nas últimas gestões, a política se desgastou e segundo os residentes está desacreditada, passa pelo desgaste que passa o PT

nacional. Ressalta-se que a pesquisadora não tem preferências político-partidárias, apenas revisita a história do município e da população de Icapuí.

2.2. Um lugar aconchegante e receptor de turistas

Para chegar a Icapuí, saindo de Fortaleza segue-se sentido do litoral leste, o acesso se dá pela Av. Washington Soares e CE 040 em direção a Aracati. Após aproximadamente 130 km, tem-se à esquerda, a BR 304 que leva à Icapuí. Após 32 km rodados, entra-se à esquerda na CE 261, seguindo nesta rodovia até Icapuí. Pode-se também, através da BR 116, ir até o Boqueirão do Cesário, pegar a BR 304, passar por Aracati e entrar no acesso à Icapuí – CE 261. Saindo de Mossoró (RN), segue-se pela RN 013 em direção ao município de Tibau (RN) e, após percorrer aproximadamente 50 km, esta rodovia transforma-se na CE 261, seguindo nesta rodovia até chegar a Icapuí. A Figura 3 apresenta a foto da placa com mapa de acesso a Icapuí localizada na entrada do Município, elaborada pelo GDtur – Associação Grupo de Desenvolvimento do Turismo.

Figura 3: Foto da Placa de Acesso a Icapuí



Fonte: PEREIRA, Maria Fernanda S. N, 2013.

Icapuí é espaço natural e social onde ocorre a dinâmica das relações naturais e humanas. Lembrando o que diz Santos (2006, p. 212) que: “cada lugar é, a sua maneira, o mundo,” afirma-se que Icapuí é mundo enquanto conflito e contradições e pluralidades de políticas e lutas. Nesse sentido, todos os lugares estão em comunhão, sendo cada lugar diferente pela natureza histórica, social e cultural. Cada um tem as especificidades naturais e históricas.

Icapuí oferece vivências, sensações de bem-estar físico, emocional e espiritual, também sugere troca de experiências, busca de emoções, conhecimento de novos valores e descoberta de novas culturas e paisagens. Coriolano (1998, p.13) associando turismo com cultura afirma que “há um encontro entre diversas culturas, determinando, inicialmente, uma interação cultural e, posteriormente, uma integração que pode ser ou não benéfica ao lugar escolhido”. Em Icapuí o encontro com a cultura endógena faz bem aos visitantes e turistas.

O espaço turístico é lugar e território. Enquanto prática socioespacial o turismo se apropria de determinados espaços transformando-os em territórios e produz territorialidades flexíveis e descontínuas (SOUZA, 1995). O autor afirma que o lugar turístico é espaço relacional e histórico onde a percepção do outro e da

natureza emergem sentimentos de memórias coletivas com o sujeito, com a coletividade e com o mundo.

A categoria lugar explica Icapuí como comunidade receptora de prática socioespacial, onde se estabelecem construções de uma rede de significados e de sentidos, produzindo identidades e culturas. Dessa forma lugar é algo ligado às pessoas, comunidades, com reconhecimento e pertencimento do espaço e das práticas sociais cotidianas. No processo de trocas culturais promovidas pelo turismo, o visitante é foco das relações sociais e emocionais, visto que o turista aprecia a sensação do acolhimento e bem-estar nos lugares visitados. Nesse sentido, Gouirand (1994) citado por Avena (2008) considera acolhimento:

Um ato involuntário que introduz um recém-chegado, ou um estranho, em uma comunidade ou território, que o transforma em membro desta comunidade ou em habitante legítimo desse território e que, a esse título, o autoriza a beneficiar-se de todas ou parte das prerrogativas que se relacionam com o seu novo status definitivo ou provisório. (AVENA, 2008, p. 140).

A palavra aconchego possui raiz no latim “conchego”, vem do chegar, quer dizer dirigir-se a, juntar, apoiar, aconchegar-se. Utiliza-se a palavra aconchego para identificar um lugar que oferece sensação de acolhimento, bem-estar e conforto. No caso do município em estudo, pode-se dizer que é um lugar aconchegante e receptor de turistas com singularidades culturais e históricas. A sensação de aconchego é sentida pela hospitalidade e simplicidade das pessoas que moram no lugar. A entrevista realizada com a coordenadora da Estação Ambiental Mangue Pequeno de Requenguela, nascida em Icapuí expressa o sentimento de acolhimento da população do lugar:

Antes de Icapuí ser município, quando ainda era Caiçara, existia a cultura das pessoas mais velhas. Eu digo isso porque a gente fez um trabalho sobre a linha da vida e entrevistamos muitas pessoas idosas, até com cem anos, e perguntamos de onde vem esse acolhimento, amor, como é que podemos relacionar isso. É da natureza humana das pessoas daqui, como existe essa cultura? A maioria das pessoas idosas dizem que os avós delas, os pais construíam as casas alpendradas para receber os viajantes, aquelas pessoas que vinham do Rio Grande do Norte e passavam por Icapuí para ir para Fortaleza. Então essa cultura é antiga, da década de 1920, 1930. Construíam as casas com o sentimento voltado às pessoas armarem suas redes na varanda e pernoitarem. Mesmo mudando o cenário, mesmo mudando os atores as pessoas continuam com esse sentimento de solidariedade, de acolhimento que é muito forte. A gente não perde isso de vista porque isso é um repasse de cultura, a gente se apropria disso. (Entrevista 01, em julho de 2014, em Requenguela).

Santos (1998, p.21) afirma que: “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.” Em Icapuí pode-se sentir a realidade da explicação teórica, pois o litoral é forma, cor e odor.

As paisagens naturais das comunidades pesqueiras do litoral de Icapuí são atrativas e admiradas pelos amantes da natureza e os interessados no turismo de sol e mar. Coriolano (2009), ao discorrer sobre a chegada do turismo nas comunidades cearenses, afirma que:

A chegada do turismo nas comunidades cearenses deu-se em três momentos diferentes, que podem ser denominados de ondas de ocupação do litoral, ou ocupação turística, e são distintos, mas subsequentes cronologicamente. Essas três fases estão interligadas e mostram as transformações das áreas de praia em toda zona costeira cearense. (CORIOLANO, 2009, p. 141).

A autora aponta que a primeira fase de ocupação inicia-se no final dos anos 1970 com a “descoberta” dos “paraísos litorâneos” por mochileiros, *hippies* interessados em contemplação de paisagens naturais, quando algumas praias são lançadas na mídia como Jericoacoara e Cumbuco. A seguinte, nos anos 1980 com a procura do lazer e veraneio, com a construção de segundas residências e, a terceira, a fase de ocupação do litoral com equipamentos turísticos como hotéis, *resorts*, parques aquáticos, condomínios fechados acelerando o processo de ocupação do litoral.

Na reflexão de Coriolano (2007), as paisagens litorâneas são componentes de destaque por indicar que o turista está em outro lugar diferente do seu onde se percebe a mudança de ambiente. Dessa forma, ao chegar a Icapuí, o turista vivencia a beleza patrimônio natural manifestado ora pelas praias repletas de falésias e dunas coloridas, pelo mar azul e verde repleto de jangadas e da diversidade da vegetação de coqueirais. É o que apresenta a Figura 4:

Figura 4: Praia de Redonda



Fonte: PEREIRA, Maria Fernanda S. N, 2013.

Em Icapuí pode-se observar que os atrativos turísticos do município vão além das paisagens naturais, manifestam-se na cultura, história, arquitetura, arqueologia e gastronomia do lugar. Ocorrem muitos festejos populares em comunidades praianas, apesar de não ter a mesma intensidade do passado, a exemplo da dança do Pastoril¹ e Coco da Roda². Nos festejos religiosos, o reisado realizado na primeira semana de janeiro as pessoas saem cantando músicas de louvor aos Reis Magos e ao nascimento de Cristo de porta em porta. A Coroação de Maria, que ocorre todo mês de maio, quando a imagem de Nossa Senhora faz peregrinação de casa em casa, para retornar à Igreja e ser coroada no final do mês.

Icapuí escreve a história cultural com base nas memórias coletivas, valores, tradições e costumes repassados por gerações. Veloso (2001) citada por Teixeira, Garcia e Gusmão (2004) diz que a memória coletiva:

¹ Dança geralmente praticada por mulheres. O Pastoril tem dois partidos: um de cor vermelha e outro de cor azul. As mulheres cantam e dançam acompanhadas por um sanfoneiro e, ao centro, tem um palhaço que anima a festa.

² Dança popular praticada por homens, que batem palmas e cantam emboladas, utilizando como instrumento um caixão de madeira para fazer o som.

Permite entrelaçar experiências diversas no tempo e no espaço, transformando a tradição em fonte de reposição de sentido, e imprimindo vida e historicidade às práticas culturais. Estas, por sua vez, transformam o bem cultural em matéria viva, e mais do isto, passam a considerar o bem cultural não como produto, mas como processo construído a partir de uma criação permanente, onde os indivíduos são chamados a participar do conhecimento e reconhecer sua própria cultura. (TEIXEIRA, GARCIA e GUSMÃO, 2004, p.33).

O sentimento de pertença advém da manifestação cultural e do desejo em repassá-la de geração a geração. Desse modo, corrobora-se com Bosi (1987, p. 199-200) ao dizer que “[...] cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que são pontos de amarração de sua história”.

Como destaque de manifestação cultural de Icapuí, ressalta-se o grupo de teatro de rua Flor do Sol, fundado em 1991, que realiza a primeira peça no Centro de Convenções de Fortaleza, com o nome “Brincando de Verdade” e resgata as brincadeiras de roda, cantigas de infância que fazem parte do folclore nordestino e brasileiro, regado a músicas e danças tradicionais. Em 1994, o grupo foi reportagem nos programas Criança Esperança e Fantástico da Rede Globo de Televisão e em 2004 apresenta o espetáculo “Abre a Porta ao Cotidiano e Deixa o ECA Entrar”, nas escolas do município sobre os direitos e deveres de crianças e adolescentes. Nessa época, o grupo atravessa as fronteiras geográficas e vai para as ruas da Itália apresentar a cultura nordestina. Na atualidade, o grupo apresenta peças que abordam a questão de gênero e ambiental (CARBOGIM, 2013).

No carnaval, presencia-se a brincadeira do Papangu, quando homens se vestem de roupas velhas, cobrindo todo o corpo e o rosto com máscaras artesanais e saem “mexendo” com os outros, alterando as vozes para não ser reconhecidos. No entanto, o destaque é o bloco carnavalesco Fayal, tradição do município, que em 2014 comemorou 29 anos de existência.

Outro forte atrativo cultural de Icapuí é o Teatro de Bonecos, também conhecido como Calunga. Um artista local³ conhecido como Gilberto “Calungueiro” apresenta o teatro de bonecos nas residências, durante o ano, em vários ambientes. Diplomado como Mestre da Cultura, em 2006, pelo Governo do Estado, trabalha fazendo teatro com bonecos conhecidos e queridos da população local. Todas as comunidades primam pela culinária regional e a chamada comida típica valorizando

³ Gilberto Ferreira de Araújo

as raízes históricas e culturais do município. Os pratos são variados e alguns exóticos como: pão de arroz com peixe, galinha com coco e o pirão de café.

Em Icapuí existem casas antigas de arquitetura colonial tradicional de alpendres que preservam a história do lugar e são de valor cultural servindo de atrativo turístico, a exemplo da casa de alpendre na Figura 5.

Figura 5: Casa de Alpendre - Comunidade de Mutamba, Icapuí



Fonte: PEREIRA, Maria Fernanda S. N, 2014.

Um dos principais atrativos culturais do município é a gruta de Nossa Senhora de Lourdes ilustrada na Figura 6, iniciada a construção em 1960, pelo padre Martiniano de Brito e concluída em 1962, pelo Padre José Sales. As pedras foram retiradas do litoral, vindas da Praia de Ponta Grossa e chegaram pelo canal da Barra Grande, depois conduzidas por animais até o local da construção.

Figura 6: Gruta de Nossa Senhora de Lourdes



Fonte: PEREIRA, Maria Fernanda S. N, 2014.

A Igreja Nossa Senhora da Soledade, antes de ser erguida, era uma simples casa de oração, feita de taipa⁴. Em 1973 a igreja foi construída e em 1975 recebe como vigário o padre Florêncio de Almeida. A Figura 7 mostra a fachada da igreja.

⁴ Ou pau-a-pique, feita de barro e madeira. Construção que veio para o Brasil no período Colonial.

Figura 7: Igreja N. S. da Soledade – Icapuí (sede)



Fonte: PEREIRA, Maria Fernanda Sales, 2013.

Icapuí é cheia de atrativos turísticos, conta com sítios arqueológicos de valor histórico-cultural e turístico, em Ponta Grossa e Retiro Grande onde se encontram artefatos de origem indígena, como cachimbo, potes e colheres. Artefatos encontrados também em Peroba e Picos, conforme contam os moradores da região e se pode ver na Figura 8.

Figura 8: Sítios Dunares – Ponta Grossa



Fonte: <https://www.facebook.com/pages/Casa-de-Cultura-PINDU-Museu-de-Ponta-Grossa-Icap>. Acesso em 18 de julho de 2014.

No caso específico de Ponta Grossa e os sítios arqueológicos, é imprescindível ressaltar a contribuição de Josué Crispim, ex – pescador nascido na comunidade, expressa nas palavras de Oliveira (2012):

Josué Crispim é o responsável, o “autor” principal deste livro. Foi ele que desde a sua infância em Ponta Grossa guardou as memórias e desenvolveu um fino olhar interpretativo daquela natureza e daquela história. Ele e a sua comunidade são os fiadores dessa memória, que agora é registrada nessa publicação. Josué Crispim teve a capacidade de olhar os fragmentos do passado como testemunhos de um tempo que não havia mais. Ele conseguiu imaginar um passado a partir desses registros. Como um historiador, ou um arqueólogo, ele escavou o tempo e re-significou o seu lugar de experiência. Mais que isso, ele foi capaz de sensibilizar sua família, sua comunidade, visitantes, acadêmicos e diversos outros profissionais nessa verdadeira leitura do passado. (OLIVEIRA, 2012, p. 15)

Josué Pereira Crispin, nascido em Ponta Grossa, carrega consigo o espírito de luta do povo de Icapuí. Ao receber do avô uma garrafa holandesa⁵ encontrada na região, atentou para a história do lugar e empenhou-se na escavação de artefatos arqueológicos nas dunas da comunidade, que remetem a tempos antigos, com a consciência de preservá-los como patrimônio histórico-arqueológico

⁵ Em 1630 ocorreu a invasão holandesa em Ponta Grossa. OLIVEIRA, 2012.

do município. Na atualidade apresenta um trabalho reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Fundação Brasil Cidadão e universidades.

Scatamacchia (2005) diz que a arqueologia revela documentos materiais da existência do homem na Terra com período de tempo maior do que o abordado pela documentação escrita, que se refere a período aproximado de três mil anos. A autora explica que os artefatos são a única documentação contínua dos estágios de desenvolvimento do homem. Ou seja, o registro arqueológico evidencia valores culturais de comunidades humanas em todos os estágios de evolução, daí dizer que:

Do ponto de vista turístico, significa desenvolver roteiros tendo como base a descoberta dos processos culturais anteriores, algo que, na verdade, interessa a todos nós. A maioria dos seres humanos se interessa pelo passado, e esse conhecimento está relacionado a todos, porque se refere ao processo de humanização e de aprendizagem do ser humano. (SCATAMACCHIA, 2005, p. 21).

Veloso (2003), ao discorrer sobre potencialidades de município turístico, ressalta que:

As potencialidades do município devem ser observadas dentro de uma lógica que muitas vezes é tida como inexpressiva do ponto de vista comercial, econômico e político; ou seja, sobre o que se tem no município com referência a atrativos naturais e artificiais, e se eles têm condições de acomodar turistas, visitantes e serviços. Devem ser consideradas a relação desses atrativos com a cultura e a história da cidade. O aspecto social desses atrativos é outro quesito a ser considerado, vez que há todo um envolvimento da sociedade, mesmo que indiretamente. (VELOSO, 2003, p. 75-76).

Em Icapuí, na primeira gestão municipal houve preocupação em torno da atividade turística, quando a população questionava se o turismo deveria se instalar no município. Os residentes diziam uns para os outros: “nós sabemos o turismo que não queremos, mas não sabemos ainda que turismo queremos,” conta Coriolano (2008) que ouviu muitas vezes esse refrão em pesquisa de campo em Icapuí. A Prefeitura acaba por criar o Setor de Turismo, que se transforma em Secretaria de Comunicação, Turismo e Desportos, com o objetivo de incentivar as manifestações artísticas, culturais, sociais, religiosas, desportivas e turísticas.

Na gestão municipal de 1997-2000 o órgão responsável pelo turismo muda o nome para Secretaria Municipal de Pesca, Turismo e Desenvolvimento, momento de criação do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Município de

Icapuí - CE, para fomentar o desenvolvimento da infraestrutura urbana, com a preocupação de geração trabalho para os residentes, preservar o meio ambiente e a cultura e também implementar uma política de comunicação que divulga o potencial turístico da pequena cidade.

O plano era um documento abrangente relevante para atividade turística do lugar, pois mostrava as condições reais e as desejáveis para o desenvolvimento do turismo. Apontava melhoria da infraestrutura, proteção ao meio ambiente, proteção do patrimônio e da cultura local, com ênfase na qualidade de vida da população local e visitante. Sobre plano de turismo, Barreto (2005) diz que:

O plano é uma proposta de ação abrangente, na qual se colocam os objetivos gerais em função de uma de uma postura filosófica. Deve ser, necessariamente, desdobrado em programas e projetos. O projeto é considerado a unidade mínima do planejamento e é um documento detalhado, no qual se colocam, entre outros itens, objetivos específicos, metas, métodos, etapas, custos. Os programas surgem da integração (soma e vinculação) de projetos. (BARRETO, 2005, p. 32).

O plano de Icapuí⁶(1997-2000) contribuiu para o ordenamento da atividade turística no município, ao considerar a participação da população local com a criação de quatro associações comunitárias e uma cooperativa de turismo, estabelecendo prioridades para o desenvolvimento da atividade, embora atualmente (2014) as atividades turísticas no município encontrem-se desarticuladas.

Em 2010, o órgão responsável pelo turismo muda o nome para Secretaria de Turismo e Esporte de Icapuí e recebe equipe do Instituto Portal de Messejana⁷, para o desenvolvimento do trabalho de conscientização com a comunidade sobre preservação ambiental nas praias da região, em virtude das belezas naturais. O Projeto Turismo Sustentável e Cidadania contou com o patrocínio do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). O trabalho é realizado nas praias de Ponta Grossa, Redonda, Peroba e Barreiras. Na gestão atual a Secretaria de Turismo e Esporte encontra-se com um secretário interino, que assim se expressa sobre o turismo de Icapuí afirmando que:

Não há dados qualitativos e quantitativos que retratem a dinâmica do turismo na região. [...] Aqui o grande desafio é que temos as belezas

⁶ Ver plano de Desenvolvimento do Turismo de Icapuí – Ptdoc <http://www.pt.org.br>.

⁷ Organização não Governamental, constituída sob a forma de associação civil de direitos privados, sem fins lucrativos, com sede em Messejana, Fortaleza/CE.

naturais, as pessoas vêm visitar, mas falta, eu diria, um plano, um projeto que a gente consiga explorar essas belezas de forma positiva, que não seja da forma que foi feito, por exemplo, em Canoa Quebrada. Devemos profissionalizar o nosso trade turístico, os proprietários de pousadas, de barracas de praia, porque há um amadorismo muito grande aqui, há muita informalidade por parte dos empresários do turismo. Precisa-se de um plano municipal de turismo que possa prever isso a médio e longo prazo, precisa-se de um trabalho de marketing responsável, essa é uma questão estratégica. (Entrevista 02, em julho de 2014, em Icapuí - sede).

Ao considerar as potencialidades turísticas da região praiana de Icapuí, (SILVA, 1998) menciona matérias realizadas por respeitados jornais de Fortaleza sobre as praias de Tremembé, Redonda e Ponta Grossa, que enalteciam as paisagens primitivas e ditas paradisíacas, o que tornou a região conhecida no Estado e no país tornando Icapuí um dos destinos turísticos procurados por pessoas de vários lugares.

Em 2013, Icapuí é destaque no quadro “Tô de Folga” do Jornal Hoje da Rede Globo de Televisão, apresenta a reportagem sobre as belezas naturais das praias do município, gastronomia e meios de hospedagem para os turistas.⁸ A seguir o texto da matéria:

Quem chega à Icapuí é recebido com um grande coqueiral, que se espalha pelo último pedaço do litoral cearense. A cidade fica na divisa com o Rio Grande do Norte, a 195 quilômetros de Fortaleza. O passeio pode começar pelas praias de Retiro Grande, quase deserta, e Ponta Grossa, considerada uma das mais preservadas do Ceará. "A gente chega aqui e dá uma paz de espírito, uma coisa boa assim que a gente chega, é fantástico", relata a enfermeira Kátia Cartaxo. Em 65 quilômetros de litoral, os guias locais oferecem dois tipos de passeios de buggy: um que vai até metade do trajeto e o mais longo, de uma ponta a outra de Icapuí. "Gosto muito porque são dunas, são pedras com várias cores, muito lindas", diz o turista francês MarkSeban. O roteiro segue justamente contornando as dunas e falésias coloridas que cercam as praias. Na região, o turismo complementa a renda dos pescadores. Em Redonda, por exemplo, há uma estrutura de barracas, que oferecem as moquecas como atração do cardápio: as mais pedidas são de siri e arraia. São dos pescadores também a maioria das pousadas à beira mar, com quartos para casal ou para até quatro pessoas. Quem prefere hotéis maiores pode ir até a praia de Tremembé, onde as diárias variam de R\$ 220 a R\$ 660, na alta estação. Mesmo vizinhas, as praias da região têm suas particularidades. Em uma delas, conhecida como Barrinha, quando a maré está alta, basta uma pequena caminhada para se estar dentro d'água. Quando baixa, porém, o mar recua até dois quilômetros e revela outra paisagem, com as embarcações ficando praticamente em terra firme. Na praia de Requenguela, vale uma parada para conferir outro cenário: os visitantes conhecem, de pertinho, a vegetação típica do mangue, caminhando por uma passarela. "Contemplamos a natureza, que é muito bonita. É uma cidade que realmente encanta as pessoas que vêm

⁸ Matéria disponível em <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2013/05/litoral-leste-do-ceara-tem-praias-desertas-com-dunas-e-falesias.html>.

visitar", opina o comerciante Leandro da Silva. (OLIVEIRA, 2013).

Icapuí, por meio da mídia jornalística e televisiva, destaca-se como município turístico conhecido em nível estadual e nacional ao atrair turistas de vários lugares. Embora com a desestruturação das políticas, esses dados encontram-se defasados e desorganizados. O turista que lá chega, depara-se com marcante visual paisagístico e riqueza de patrimônio histórico-cultural.

3 COMUNIDADES DE ICAPUÍ: CAMINHOS PARA SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

A pesquisa nas comunidades de Ponta Grossa, Redonda, Requenguela e Tremembé sobre turismo leva a verificar como a atividade se desenvolve e como está relacionada e com a concepção de desenvolvimento humano e turismo sustentável. Nesse sentido, essas comunidades litorâneas possuem participação nos processos de transformação, sustentabilidade e desenvolvimento do turismo. Coriolano e Souza Neto (2008) afirmam que:

As comunidades, por meio de nova concepção de turismo, promovem outro turismo e, conseqüentemente, outra forma de lidar com o processo de desenvolvimento, encontram formas de tornar o lugar, história, cultura, meio natural e produtos derivados das atividades econômicas em atrativos turísticos e culturais. Ainda que se mantenha a mesma lógica econômica, amplamente rejeitada pelos teóricos que criticam o forte caráter economicista apresentado pelo turismo, deve-se salientar que, neste modelo, a comunidade é a principal responsável pelo processo de transformação dos atributos locais em produtos turísticos. (CORIOLANO; SOUZA NETO, 2008, p. 4).

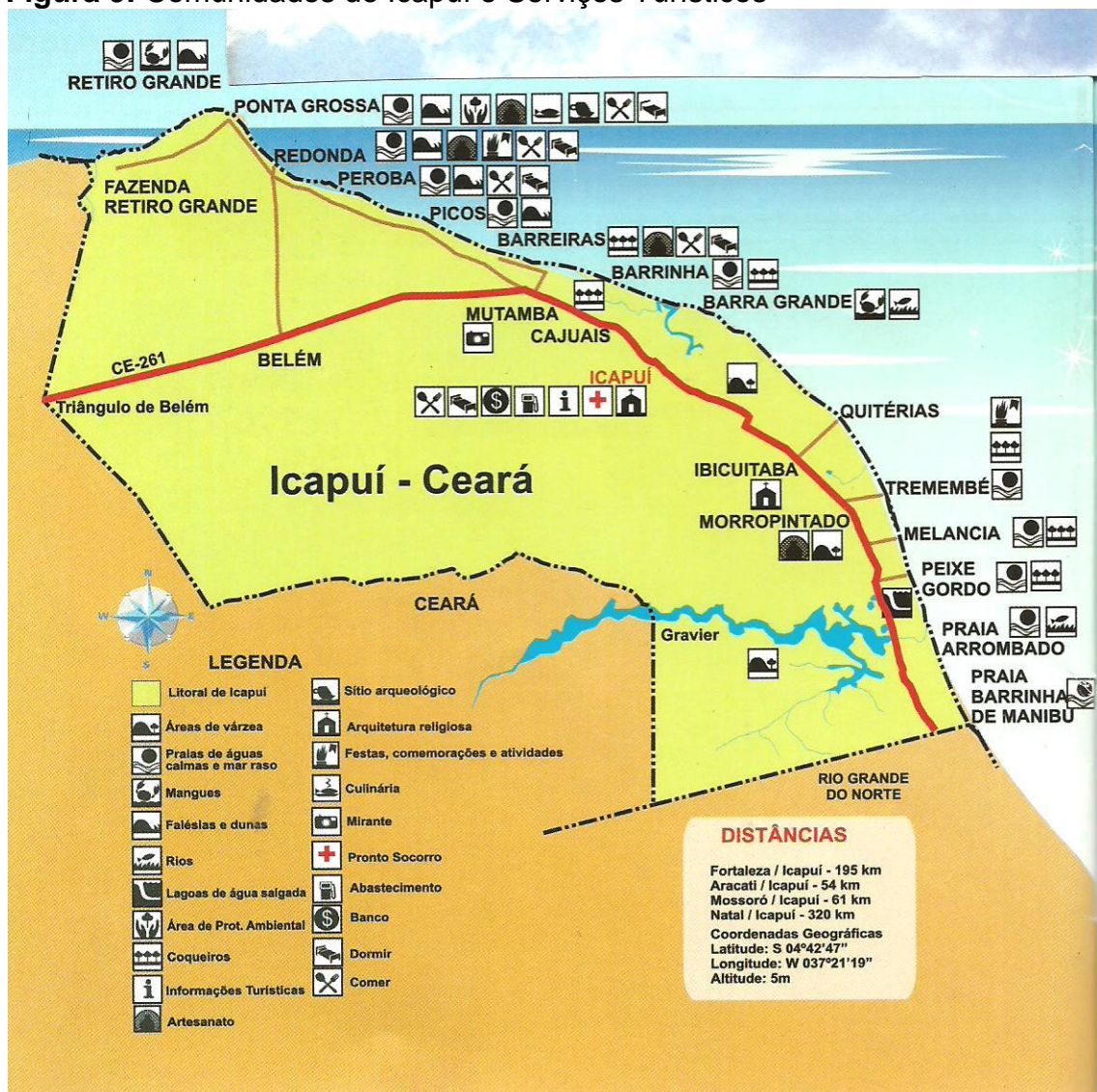
Os autores destacam que muitas comunidades do litoral cearense optam por desenvolver o turismo sustentável amparado por forte participação popular, embasado por políticas que priorizam planejamento, organização e execução da atividade turística sendo realizada pela própria população do lugar, com base no trabalho comunitário.

A luta política de Icapuí, desde a primeira tentativa de emancipação do município em 1957, produz uma história que é retratada na luta das comunidades pela melhoria de vida, defesa e promoção de direitos da população. A investigação das comunidades de Ponta Grossa, Redonda, Requenguela e Tremembé e o turismo que desenvolvem relaciona-se com o que se entende por desenvolvimento, turismo sustentável e desenvolvimento à escala humana.

De acordo com moradores de Icapuí, Ponta Grossa, Redonda, Requenguela e Tremembé essas são as praias mais visitadas do município, constituídas de pessoas com interesse na defesa da natureza e no turismo sustentável. Assim, conectam-se com polos emissores de fluxos turísticos de diversos lugares revelando o turismo alternativo com ideias diferenciadas do turismo

convencional. Santos (1988) esclarece que “quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, ‘únicos’. Isto se deve à especialização desenfreada dos elementos do espaço. (SANTOS, 1988, p.34.) Icapuí passa por um período de relevante projeção nacional, posteriormente sofre decadência com a desarticulação das políticas locais, mas guarda a forma de ser única. A Figura 9 apresenta todas as comunidades de Icapuí e o que têm a oferecer em serviços turísticos.

Figura 9: Comunidades de Icapuí e Serviços Turísticos



Fonte: Adaptado do Folder Festival de Gastronomia Icapuí - Ceará, 2012.

Como se observa, o corredor turístico de Icapuí é formado por quatorze comunidades pesqueiras, que oferecem serviços e atrações turísticas.

A pesquisa volta-se a quatro comunidades que são apresentadas a seguir, seguindo a ordem de alocação no mapa.

Ponta Grossa é uma comunidade que dista 170 km de Fortaleza/CE e 80 km de Mossoró/RN, próxima de Icapuí em que nos 22 km conta com 300 habitantes. A maioria da população é evangélica, de descendência holandesa e pertence a uma mesma família de sobrenome Crispim. Segundo Freitas Filho (2003), o navegador espanhol Vicente Pinzón desembarcou no Brasil, em Ponta Grossa, dois meses antes da chegada de Pedro Álvares Cabral no litoral baiano, batizando o lugar de *Cabo de Santa Maria de Lá Consolación*. O autor continua explicando que “embora ainda relegado no contexto da literatura histórica oficial, este, como outros posteriores acontecimentos concernentes ao encontro do litoral brasileiro por navegadores pré-cabralinos, constitui ponto pacífico na historiografia dos descobrimentos”. (FREITAS FILHO, 2003,p.30)

O lugar quase todo desde 1998 foi constituído da Área de Proteção Ambiental (APA)⁹. Ali se encontram fontes de água cristalina, saindo de dunas e falésias coloridas, que abastecem a comunidade com água potável de excelente qualidade. A paisagem é composta de falésias avermelhadas e uma duna que além da beleza natural serve de mirante para os admiradores do por do sol. As formações rochosas são das mais variadas cores indo amarelo, laranja, vermelho e vinho.

O colorido das areias sugeriu durante muito tempo o aproveitamento para peças de artesanato, conhecidas como garrafinhas com paisagens. O questionamento sobre a sustentabilidade das falésias e entorno levou os artesãos a abandonarem as areias naturais e as colorirem fazendo o mesmo efeito ao produto apresentado. Por ser possuidora de raras belezas naturais, Ponta Grossa também se torna destino turístico, sendo visitada principalmente por turistas que vão a Canoa Quebrada¹⁰ e Aracati. Muitos turistas que vão a Canoa Quebrada são motivados a irem de buggy até Icapuí, que oferece as últimas praias no limite do Rio Grande do

⁹ Área de Proteção Ambiental, por meio da Lei Municipal nº 262/98, em uma área de 555,6762 há, situada no município de Icapuí.

¹⁰ Um dos principais destinos turísticos do Estado do Ceará, segundo a Setur/CE.

Norte, em razão de ter sido eleita por “internautas”, em março de 2014, como a praia mais bela do Ceará¹¹. A Figura 10 mostra o acesso à Ponta Grossa.

Figura 10: Acesso a Praia de Ponta Grossa



Fonte: PEREIRA, Maria Fernanda S. N, 2014.

Em 1992, Ponta Grossa recebe luz e energia elétrica nas casas e água potável, com a iniciativa do Grupo Edson Queiroz¹² que fez doação de uma área de 18 ha da fazenda Cascaju, para a comunidade construir um poço profundo. Primeira comunidade do litoral icapuiense, em 2009, totalmente saneada e com tecnologia de captação pluvial, parte do projeto De Olho na Água, executado pela Fundação Brasil Cidadão - FBC. (CARBOGIM, 2013).

Os moradores da comunidade de Ponta Grossa optam pelo turismo alternativo chamado por alguns de turismo comunitário, pelo fato de ser promovido pela comunidade. Em Icapuí as comunidades desenvolvem um turismo em que a população do lugar possui um certo controle do desenvolvimento da comunidade, sendo responsáveis pelo planejamento das atividades e pela oferta de serviços

¹¹Disponível em <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2014/03/31/noticiafortaleza,3229053/ponta-grossa-e-eleita-a-praia-mais-bela-do-ceara.shtml>. Acesso em 10 de setembro de 2014.

¹² Disponível em <http://www.edsonqueiroz.com.br>

turísticos. Sobre a construção do turismo comunitário em Ponta Grossa, um líder comunitário relata que:

Os projetos sociais de Ponta Grossa são feitos por meio da Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos (Aquasis), Instituto Terramar e Fundação Brasil Cidadão. Em 1998 surgiu a proposta de um turismo comunitário, responsável por parte da comunidade de Ponta Grossa, vendo os buggys vindos de Canoa Quebrada e deixando a sujeira. A comunidade não sabia direito o que era turismo comunitário, sustentável e só sabia que não queria o turismo massificado. Que não queria o mesmo turismo de Canoa Quebrada. Queria um turismo voltado à proteção da natureza, à sobrevivência do peixe-boi, um turismo “familiar”. Começamos a construir um turismo em família, se fortalecendo na família, também na questão da terra unindo mais a comunidade. A questão da terra é uma luta que une todo o litoral do Ceará. Os movimentos começam a partir da luta pela terra. Descobrimos que outras comunidades pensavam como a gente. Em 2003 fizemos um seminário com duração de três dias, com a Prainha do Canto Verde, Senac, Prefeitura, ONG’s para discutir, fazer um programa, um planejamento para saber o que queremos e com quem vamos contar. Então traçamos o perfil do turismo que queríamos. Que seria o turismo ecológico, pela própria questão do lugar, que apresenta ecossistemas, mangues, falésias, dunas e vimos que era um ambiente fragilizado, tinha toda a questão da proteção. Desenvolver uma atividade turística protegendo e preservando o espaço com equilíbrio para revertermos isso em produto turístico. (Entrevista 04, em julho de 2014, em Ponta Grossa).

Nos serviços turísticos o lugar conta com poucos meios de hospedagem, duas pousadas e dois chalés. A gastronomia oferece pratos e petiscos típicos do litoral cearense, como peixe frito com baião, salada e farofa; moqueca de arraia com salada e pirão; peixada, bolinhos de queijo e de peixe, servidos por um restaurante e barracas de praia. O turista desfruta de passeio por trilhas ecológicas e passeios de barco com pescadores artesanais de Ponta Grossa. As Figuras 11 e 12 apresentam serviços turísticos, pousadas e hospedagem da Praia de Ponta Grossa.

Figura 11: Pousada em Ponta Grossa



Fonte: PEREIRA, Maria Fernanda S. N, 2014.

As pousadas de Ponta Grossa são apresentadas em formas de chalés com privacidade, pois trata-se de espaços distantes um do outro, deixando os turistas mais a vontade.

Figura 12: Chalé em Ponta Grossa



Fonte: PEREIRA, Maria Fernanda S. N, 2014.

Em Ponta Grossa o turista presencia o respeito à natureza no cotidiano dos residentes, além do silêncio e tranquilidade diferente dos lugares urbanizados.

Redonda é outra comunidade visitada no litoral icapuiense, sendo uma das preferidas por apresentar um conjunto de atributos naturais, culturais e paisagísticos que são transformados em atrativos turísticos direcionados a um turismo alternativo. A comunidade aloca-se em uma enseada, praia de pescadores, a mais povoada do município, conta com 4000 habitantes em média e muitos deles vivem da pesca artesanal da lagosta.

Segundo informação do responsável pelo cadastramento dos pescadores na Associação dos Pescadores de Redonda, a informação é que existem 560 associados com salário assegurado no período do defeso da lagosta. Os turistas deparam-se com um mar de ondas calmas, embelezado pela quantidade de jangadas que são objetos de trabalho dos pescadores. Quando a maré baixa forma piscinas naturais apreciadas por aqueles mais temerosos na entrada do mar aberto. A paisagem é constituída por dunas e falésias multicoloridas, predominando o amarelo e o vermelho, como mostra a Figura 13.

Figura 13: Praia de Redonda



Fonte: PEREIRA, Maria Fernanda S. N, 2014.

Redonda dispõe de pequeno número de pousadas e barracas de praia, mas todas bastante aconchegantes. A maioria das pousadas são decoradas com artesanatos a exemplo da apresentada na Figura 14.

Figura 14: Decoração de Pousada na Praia de Redonda



Fonte: PEREIRA, Maria Fernanda S. N, 2014.

Nos eventos merece destaque a realização do Festival da Lagosta¹³, que está na 8ª edição, evento realizado com apoio da Associação Grupo de Desenvolvimento do Turismo de Icapuí (GDTur). As duas últimas edições aconteceram em Redonda, com a realização de atrações musicais e exposição do Salão de Gastronomia, momento em que os expositores apresentam pratos elaborados à base de lagosta. O evento tem a duração de três dias e consta na programação do Ministério do Turismo e do Governo do Estado do Ceará. A 9ª edição será na Praia de Barreiras e terá o mesmo formato. O fato contribui para integrar e valorizar as comunidades.

Os moradores de Redonda promovem um turismo alternativo, com atividades responsáveis, com atenção voltada não apenas para turistas, mas,

¹³ Evento idealizado pelo motociclista, escritor e fotógrafo Luiz Almeida, inicialmente com a intenção de reunir amigos apreciadores do crustáceo e falar sobre motociclismo. Disponível em <http://www.luissucupira.com.br/ceara-vii-festival-de-lagosta-da-praia-de-redonda-acontece-em-agosto/>. Acesso em 18 de setembro de 2014.

sobretudo para a população residente já que alguns empreendedores já foram pescadores e hoje possuem pousadas ou restaurantes. As transformações socioeconômicas indicam maiores ganhos para a comunidade quando residentes passam a participar diretamente dos benefícios que a atividade turística proporciona, ao oferecem um turismo alternativo denominado de base comunitária, que para Coriolano (2012) configura-se como o turismo realizado por famílias de moradores de um lugar, sem a visão direcionada exclusivamente para o lucro, fazendo assim um contraponto ao modelo de desenvolvimento hegemônico e contraditório da exploração dos territórios e natureza. O turismo convencional atende às necessidades do capital, com venda de serviços de alta qualidade, mas sacrificando natureza, trabalhadores visando lucro.

Conforme entrevista realizada pela pesquisadora em julho de 2013, com gerentes de cinco pousadas sobre a oferta e a demanda turística em Redonda, constatou-se que no período de 2010 a 2013 os turistas que lá se hospedam, são casais, na maioria com filhos, em período de finais de semana, férias e feriados e procuram o lugar com fins de lazer, descanso, sossego e contemplação da paisagem paradisíaca, como mostra a Figura 15.

Figura 15: Vista da Praia de Redonda



Fonte: PEREIRA, Maria Fernanda S. N, 2014.

Sobre o turismo de Redonda, o responsável pelo Departamento de Habitação da Prefeitura de Icapuí, residente da comunidade ressalta que:

Do ponto de vista do turismo, Redonda é uma praia linda, maravilhosa e de um povo com muita história de luta por seus direitos, que se vê na luta pela terra e isso é desde 1974, que o pessoal partiu para a luta. Nem se falava ainda em Movimento dos Sem Terra e o pessoal de Redonda já lutava para expulsar o latifúndio. Depois vem a luta dos pescadores, que é a principal categoria econômica da cidade, pela preservação da lagosta, que é o principal recurso pesqueiro capturado. De início tivemos uma discussão muito forte sobre turismo. Primeiro a descoberta da comunidade... muita gente que vinha queria comprar a casa dos nativos e construir, então houve uma reação por parte da comunidade. Na época houve um trabalho de conscientização para que as pessoas não vendessem suas casas. A preocupação de Redonda era que não acontecesse lá o que aconteceu com outras praias do litoral cearense, quando os pescadores venderam suas casas e foram habitar longe do ambiente de trabalho. A Associação de Moradores da comunidade, controlamos essa investida inicial de compra de casa e construção. E isso está sendo retomado agora, até porque a Associação se acomodou um pouco nessa luta. Então Redonda hoje é um lugar de atividade turística voltada para as pousadas que na maioria são de pessoas de Redonda com poucas casas de veraneio. Felizmente têm poucas casas de veraneio, então a ocupação por meio da atividade turística é muito pouca. As pousadas não empregam muita gente, quem ainda

emprega são os donos de barracas e restaurantes, mas é uma atividade bem familiar, são as famílias que são proprietárias das barracas e lá trabalham. Então o turismo não gerou impacto de renda, de mão de obra para a comunidade, mas o lucro das vendas ajuda o sustento das famílias. A principal atividade continua sendo a pesca. (Entrevista 03, em julho de 2014, em Icapuí).

Além de ser possuidora de atrativos e serviços turísticos, destaca-se na história de luta dos moradores, quando em 1974 iniciam a luta pela terra, disputada com grileiros e latifundiários de Aracati e, em 1989, impõem resistência na luta contra a pesca predatória da lagosta até os dias hoje, apesar da atividade está em declínio, conforme depoimento dos residentes e demais lideranças comunitárias locais. Outra praia de destaque que foi investigada é a de Requenguela.

Requenguela é mais uma comunidade e núcleo receptor de turismo de Icapuí e dista 3 km da sede. Conta com aproximadamente 90 famílias que vivem da pesca artesanal. Chama a atenção do visitante, nesse lugar, o adentramento ou recuo do mar, ficando distante da comunidade e dando a impressão de um mar tranquilo. Fica algumas horas do dia distante da faixa de areia, podendo-se ver o destaque do manguezal, como mostra a Figura 16.

Figura 16: Praia de Requenguela



Fonte: PEREIRA, Maria Fernanda S. N, 2014.

Foi motivo de matéria exibida no telejornal Bom Dia Brasil da Rede Globo de Televisão¹⁴, em 2 de fevereiro de 2010, com o título “Conheça a praia cearense onde o mar desaparece”, descrita a seguir:

Na praia da Requenguela, o mar só aparece três horas por dia. Entenda o fenômeno. Falta alguma coisa nesta praia? O mar é claro. Aqui, ele só aparece três horas por dia. Se você pensa que o fenômeno atrapalha a vida dos pescadores da região, está enganado. Segundo eles, o que muda é a rotina do trabalho. Enquanto muitos colegas acordam cedo para ir ao encontro do mar, aqui, as jangadas ficam paradas a espera da maré. Seu Paulinho trabalha no mesmo ritmo do mar: “espera umas três horas até a maré chegar”. Um pescador avista a maré de longe e, de tão ansioso, vai logo ao encontro dela: “ando três ou quatro quilômetros todo dia”. Na grande extensão de areia, é possível ver o que fica escondido debaixo d’água. A comerciante Fátima Santos aproveita e cata búzios e ostras: “vendo para a comunidade”. O comerciante João Pereira é um dos clientes mais antigos. Há 38 anos tem um restaurante com vista para o mar, quando o mar aparece. É isso que atrai os turistas: “eles vêm pela curiosidade e divulgam para os amigos”. O geógrafo Arimatéia Silva estuda o afastamento do mar da Requenguela. Depois de seis anos de pesquisa, chegou a conclusão: a área mais alta faz com que, quando a maré recua, haja uma planície muito grande, ou seja, o lugar fica muito plano e descoberto”. Entre

¹⁴ Matéria disponível em [g1. Globo.com/bom-dia-brasil. html](http://g1.globo.com/bom-dia-brasil.html).

o vai e vem da maré, a vida segue tranquila na praia da Requenguela. (GLOBO.COM, 2013).

O nome da praia soa “com graça” para os visitantes e tem origem referente ao apelido do primeiro morador da praia, Sr. Requenguela. Essa praia, na década de 1980 passa por período acentuado de desmatamento do mangue para ampliação de salinas¹⁵ no intuito de aumentar a produção de sal, colocando em risco a sustentabilidade do ecossistema local. A comunidade, preocupada com a proteção ambiental local e dos moradores, em 1986 cria a Associação de Moradores da Requenguela, para lutar pela preservação do lugar.

Outro fator preocupante para a comunidade refere-se às construções irregulares próximas ao mangue, em 2000, por veranistas que descobrem a comunidade como possibilidade de lazer nos finais de semana, ao considerar nessa atividade o uso desordenado do território e comprometer o equilíbrio ambiental da região. Foram alocadas segundas residências. Ao discorrer sobre segundas residências, Tulik (2001) define como alojamento turístico, ou seja, imóveis que são utilizados com finalidade de lazer, nos períodos de fins de semana e/ou férias, tendo como característica o deslocamento. A autora mostra que:

Residência secundária, portanto, opõe-se a residência principal e sua utilização compreende o uso temporário por períodos que podem ser prolongados ou não. Alguns autores observam que o uso pode ser repetido, mas não consecutivo por período superior a um ano, o que já se estabelece o vínculo territorial. A residência secundária é um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente nos momentos de lazer, por pessoas que têm domicílio permanente em outro lugar. (TULIK, 2001, p. 9).

No caso de Requenguela, as condições paisagísticas e climáticas desempenham papel importante na escolha da construção de segundas residências, o que manifesta em alguns moradores a preocupação com o uso desordenado do lugar, levando-os a buscar apoio do poder institucional para a fiscalização das construções.

Em decorrência aos problemas enfrentados com relação à sustentabilidade da região, em 2003 recebe importante contribuição da Fundação Brasil Cidadão em parceria com a Fundação o Boticário. Despertam nos residentes

¹⁵ Em 1925 surge na comunidade a Salina Nazareth e em 1950 a Salina São Vicente. CARBOGIM, Maria Leinad Vasconcelos (Org.). **Memória Viva de Icapuí**. Fortaleza: Fundação Brasil Cidadão, 2013.

de Requenguela vontade estudar e conhecer o ecossistema manguezal, por meio do Projeto “Esse Mar é Meu”, com iniciativa de recuperação da área degradada do mangue. Ao dar continuidade a cultura e preservação do lugar, em 2008 a Fundação Brasil Cidadão, patrocinada pela Petrobras, por meio do Programa Petrobras Ambiental implanta o Projeto “De Olho na Água”, com a Construção da Estação Ambiental Mangue Pequeno e da Passarela no Mangue. A Figura 17 mostra a fachada da Estação Ambiental.

Figura 17: Estação Ambiental Mangue Pequeno - Praia de Requenguela



Fonte: PEREIRA, Maria Fernanda S. N, 2014.

A Figura 18 apresenta a passarela no mangue da Praia de Requenguela.

Figura 18: Passarela no Mangue - Praia de Requenguela



Fonte: PEREIRA, Maria Fernanda S. N, 2014.

Nessa praia há poucas barracas de praia, mas oferecem aos turistas excelentes pratos da culinária marítima, porém, não há muitos serviços turísticos como pousadas e restaurantes. O destaque é para a própria geografia do lugar e interesse dos visitantes em conhecer os projetos de planejamento e gestão ambiental. De acordo com a coordenadora da Estação Ambiental Mangue Pequeno de Requenguela: “sem nenhum aparato turístico, já nesse ano em quatro meses 806 pessoas visitaram a Estação, que é referência no Ceará e Nordeste”. E nas palavras do Secretário interino de Turismo de Icapuí:

Requenguela tem tudo para crescer, depois dos projetos de sustentabilidade ambiental implantados, é uma praia que está sendo conhecida por desenvolver um turismo em educação ambiental. Recebe muitas pessoas de universidades do Nordeste. A estrutura da praia vai melhorar com a construção do muro de contenção e um calçadão com a padronização das barracas de praia. É uma praia que vai dar muito o que falar em termos de turismo sustentável. (Entrevista 02, em Icapuí).

Dessa forma, a praia de Requenguela revela-se para o turista como essencialmente promotora do turismo sustentável.

Outra comunidade em destaque é Tremembé, uma praia de mar limpo, com ondas calmas e sem formações rochosas, propício ao banho tranquilo o que atrai turistas de vários lugares. Tremembé é um nome indígena relacionado aos índios da Nação Tremembé que ocuparam a região. A Figura 19 apresenta a praia recuada repleta de jangadas.

Figura 19: Praia de Tremembé



Fonte: PEREIRA, Maria Fernanda S. N, 2014.

Tremembé fica 210 km de Fortaleza, 55 km de Mossoró/RN e 9 km leste de Icapuí. (ATLAS DE ICAPUÍ, 2012) Conta com população pequena de pouco mais de 100 famílias que vivem basicamente da pesca e do trabalho em pequenos comércios associados à prática do turismo. A praia conta com pousadas e barracas à beira mar, que disponibilizam aos turistas passeios de barco e passeio a cavalo por trilhas ecológicas.

Do ponto de vista do turismo, em 1979 chegam as primeiras unidades comerciais referentes à atividade, com crescente número de veranistas vindos a

maioria de Mossoró/RN. (CARBOGIM, 2013) Um fator relevante para a comunidade quanto ao turismo, em 1993 foi a construção da Pousada Tremembé que marca a discussão do turismo comunitário possibilidade de desenvolvimento responsável e sustentável para a região.

A pousada está ligada a um grupo de italianos vindos da província de Trento, na Itália, representantes da ONG italiana Tremembé Onlus que visitaram a comunidade para conhecer Icapuí, ali se instalaram e desenvolveram projetos de turismo sustentável e responsável, a exemplo do Projeto de Turismo Responsável e Luta contra a Pobreza. A pousada é administrada pela Associação Caiçara de Promoção Humana, com sede em Icapuí e faz parte da Rede Cearense de Turismo Comunitário - TUCUM. Fato questionável é que apesar da pousada fazer parte da Rede, a comunidade não se inclui na proposta do turismo comunitário, não há o mínimo de envolvimento por parte dos residentes de Tremembé, existindo apenas a proposta da pousada, que direciona, na maioria dos casos, a proposta de turismo dito pelos gerentes de comunitário para um público-alvo de turistas intelectualizados e que fazem parte de projetos sociais. A Rede TUCUM aceita como comunitário uma pousada sem a participação da comunidade, que apresenta as contradições inerentes ao desenvolvimento do turismo o que enfraquece ações para efetivar o turismo responsável para o lugar.

A Figura 20 apresenta a placa referente a proposta de turismo da pousada.

Figura 20: Placa indicando a Pousada Tremembé



Fonte: PEREIRA, Maria Fernanda S. N, 2014.

A Figura 21 apresenta parte da decoração da Pousada Tremembé.

Figura 21: Pousada Tremembé



Fonte: PEREIRA, Maria Fernanda S. N, 2014.

Nas palavras de um dos administradores da pousada:

A esperança de Tremembé nasce com a Rede Tucum e a proposta vinda da Itália. A ideia era se contrapor ao turismo sexual, que de uma certa forma a Itália era um dos grandes promotores desse turismo sexual e dar a comunidade exatamente esse caráter do turismo de base comunitária (termo que eles não gostavam muito) enfim, do turismo responsável. Infelizmente, até hoje a comunidade de Tremembé não se envolveu para a prática do turismo responsável. A discussão foi levada para as associações de moradores e de turismo do lugar que disseram: “nós não estamos dispostos a caminhar nesse rumo, nós não queremos isso, não vamos assumir essa proposta, até porque fundamos as associações de moradores e de turismo mais em torno dos barraqueiros, para receber recursos, então nós estamos fora.” Insistimos e invertemos um pouco o processo, perguntando o que eles queriam discutir em termo de benefícios para a comunidade, relacionados com a questão do lixo doméstico, meio ambiente, cultura, mas mesmo assim eles não se envolveram, dizendo que essa história dessa ONG (Associação Caiçara) era contra a pesca predatória e é essa pesca que garante o sustento das nossas famílias.

A Rede TUCUM é uma articulação entre comunidades que se propõe a realizar o turismo comunitário no Ceará, integrado ao fortalecimento da relação entre sociedade, cultura e natureza. Criada em 2008, contava com a participação de doze

organizações comunitárias e três entidades de assessoria. Em 2013, passa a envolver quinze grupos de turismo situados em: Assentamento Coqueirinho (Fortim), Assentamento Maceió (Itapipoca), Batoque (Aquiraz), Caetanos de Cima (Amontada), Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto do MST (Fortaleza), Conjunto Palmeiras (Fortaleza), Curral Velho (Acará), Flecheiras (Traíri), Jenipapo-Kanindé (Aquiraz), Ponta Grossa (Icapuí), Prainha do Canto Verde (Beberibe), Tapeba (Caucaia), Tatajuba (Camocim) e Vila da Volta (Aracati) e as entidades de apoio e assessoria representadas pela Adelco, Caiçara e Instituto Terramar (REDE TUCUM, 2013).

Indagado sobre o perfil do turista que procura a Pousada Tremembé, a entrevistada que faz parte da Associação Caiçara de Promoção Humana e sobre a Rede TUCUM esclarece que:

O nosso hóspede é o turista que vem da Itália, por exemplo, procura a pousada para conhecer as praias de Icapuí e querem conhecer no município projetos sociais, culturais e ambientais desenvolvidos nas comunidades, ligados ao turismo responsável. O turista quando lá chega sabe que não vai encontrar serviços que o turismo de massa oferece, como ar condicionado nos quartos, a televisão é coletiva, não são comercializados na pousada produtos da Nestlé, Coca-cola que fazem parte do consumo capitalista irresponsável. (Entrevista 01, em julho de 2014, em Requenguela).

Outro forte atrativo turístico de Tremembé, o Acampamento Latino-americano da Juventude que em 2013 realizou a 10ª edição com a temática de construção de um futuro sustentável e politicamente justo para as novas gerações. O acampamento tratou de vários assuntos como: consumo sustentável; os 100 anos do poeta Vinícius de Moraes; 230 anos do revolucionário sul-americano Simon Bolívar; juventude e participação política no Brasil; 130 anos de abolição dos escravos em Mossoró e 15 anos sem José Taumaturgo da Silva, professor e músico de Icapuí grande defensor pela emancipação do município; 40 anos da música cearense. Esse acampamento congrega a juventude revolucionária da América Latina e teve origem em Cuba.

O evento da juventude, por meio do debate dos temas plurais, incentiva liberdade, justiça, solidariedade, democracia e direitos humanos. Conta com participantes do Estado do Ceará, Rio Grande do Norte e outros Estados brasileiros.

Lideranças locais e regionais, artistas, estudantes e professores contribuem com palestras para a formação política dos jovens.

Compreende-se que o turismo em Icapuí estabelece uma cadeia produtiva do turismo de base local, realizada com o envolvimento dos residentes das comunidades e assim fortalece as atividades socioeconômicas, culturais e ambientais do lugar, ao tempo em que o turista, harmonicamente, desfruta dos atrativos naturais, culturais, ambientais e históricos. Nesse entendimento, corrobora-se com a afirmação de Coriolano (2003), sobre cadeia produtiva do turismo:

A cadeia produtiva do turismo é constituída por elos interligados formando o negócio turístico. O lugar e seus atrativos são elos naturais e culturais. Os transportes são os elos responsáveis pelos fluxos, os meios de hospedagem são os elos da ocupação, a alimentação é um elo que pega pela boca, os serviços de apoio são os elos que aproximam os turistas dos residentes na utilização das infraestruturas urbanas e a comercialização é o elo da consolidação da mercadoria – o pacote turístico. (CORIOLANO, 2003, p. 6).

As comunidades de Ponta Grossa, Redonda, Tremembé e Requenguela são núcleos receptores de turismo e apresentam-se como meio de desenvolvimento sustentável no turismo. Petrocchi (1998) ao considerar o envolvimento das comunidades no núcleo turístico, afirma que:

A participação das pessoas do local é imprescindível para o desenvolvimento do turismo, pois significa a conscientização da população para a importância dessa atividade. Sem a participação e o firme engajamento da comunidade, não há como pensar em crescimento no turismo. (PETROCCHI, 1998, p. 69)

O autor defende a importância da participação da comunidade e a interação com os turistas para que todos possam ter contato com a cultura um do outro e valorizar as diferenças que os unem.

3.1. Turismo e sustentabilidade socioambiental nas comunidades

A palavra sustentabilidade começa a ser propagada a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo na Suécia, em junho de 1972. Foi o primeiro encontro mundial com o objetivo de discutir temas relacionados ao meio ambiente, consciência ambiental e preocupação com a preservação da humanidade. Durante o evento, estudiosos

reconhecem a importância de suprir as necessidades humanas da atualidade, sem, contudo, comprometer a capacidade do planeta em atender as futuras gerações.

Já o conceito desenvolvimento sustentável foi amplamente discutido em 1987, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas no relatório intitulado: *Our Common Future* que significa: Nosso Futuro Comum. O documento, conhecido como relatório *Brundtland*, em homenagem a primeira ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, que presidiu o evento, traduz preocupações com o meio ambiente e nele foi expresso e discutido pela primeira vez o conceito de desenvolvimento sustentável.

O termo sustentabilidade possui origem no latim: “*sustentare*” e significa sustentar, favorecer, defender, conservar. No Brasil, a sustentabilidade ganha força nas discussões com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre ambiente e desenvolvimento que aconteceu no Rio de Janeiro em 1992. O encontro também conhecido como Cimeira da Terra consagra o conceito de desenvolvimento sustentável e é um marco para a conscientização da preservação do meio ambiente e para a construção do documento intitulado Agenda 21 que prioriza valores éticos e uma sociedade justa pacífica e sustentável. Dentre outros aspectos, a Agenda 21 recomenda modificações no estilo de vida social tendo em vista o respeito aos recursos finitos do planeta. “A importância deste marco é que, pela primeira vez em nível mundial, foi discutida a ligação vital entre conservação e desenvolvimento”. (BURNAY, 2000, p.28)

Sobre esse assunto, Sachs (2008) chama atenção para que o conceito de desenvolvimento sustentável seja entendido multidimensionalmente, por possuir objetivos sociais e éticos, atrelado a uma condicionalidade ambiental que diz respeito à solidariedade com as gerações futuras. O autor entende que a noção de sustentabilidade, muitas vezes utilizada para designar apenas a sustentabilidade ambiental, abarca outras dimensões e propõe alguns critérios que podem ser utilizados para investigações em torno da noção de sustentabilidade, que estão sintetizados em critérios sociais, culturais, ecológicos, ambientais, territoriais, econômicos e políticos, em nível nacional e internacional (SACHS, 2009). Boff (1999) ao tratar do cuidado com a sociedade sustentável, diz que:

Sustentável é a sociedade ou o planeta que produz o suficiente para si e para os seres dos ecossistemas onde ela se situa; que toma da natureza somente o que ela pode repor; que mostra um sentido de solidariedade generacional, ao preservar para as sociedades futuras os recursos naturais de que elas precisarão. Na prática a sociedade deve mostrar-se capaz de assumir novos hábitos e de projetar um tipo de desenvolvimento que cultive o cuidado com os equilíbrios ecológicos e funcione dentro dos limites impostos pela natureza. Não significa voltar ao passado, mas oferecer um novo enfoque para o futuro comum. Não se trata simplesmente de não consumir, mas de consumir responsabilmente. (BOFF, 1999, p. 137).

Para o autor o que move desenvolvimento sustentável não se encontra no mercado nem na mercadoria, nem no estado nem no setor privado, nem na produção de riqueza, está na pessoa humana, na comunidade e com todos que compartilham esse princípio. Buarque (2004) acrescenta que desenvolvimento local sustentável é o processo de mudança social e acréscimo de oportunidade para a sociedade compatibilizar, no tempo e no espaço, crescimento e eficiência econômica, conservação ambiental, qualidade de vida e equidade social, partindo do compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações. Alcança a dimensão humana e as pessoas envolvidas beneficiam-se nos territórios e o turismo vincula-se a essa perspectiva ao propiciar melhorias nos espaços em que a atividade turística desenvolve-se sustentavelmente.

O debate do turismo relacionado à sustentabilidade mostra preocupação com o desenvolvimento das populações locais e preservação da natureza nas comunidades turísticas. O caminho do turismo sustentável envolve uma série de ações conjuntas entre homem e natureza, mas, sobretudo, perpassa decisões políticas e responsabilidades sociais. Dessa forma, o desenvolvimento local requer ações que possibilitem manter o equilíbrio social e ambiental. Coriolano e Mendes (2003) afirmam que é preciso haver uma atividade turística responsável que possa trazer sustentabilidade e conservação ao patrimônio natural e cultural. Assim, a realização do turismo com desenvolvimento local tem por base um conjunto de elementos que transforme, de forma positiva, a vida das pessoas envolvidas no processo.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003), art. 3: “turismo sustentável é aquele que salvaguarda o ambiente e os recursos naturais, garantindo o crescimento econômico da atividade, ou seja, capaz de satisfazer as necessidades das presentes e futuras gerações”. (OMT, 2003). Nesse sentido, o

contexto de sustentabilidade indica a necessidade de responsabilização de todos os atores envolvidos, interligação e interdependência entre causas e efeitos da ação do homem sobre o planeta, evidenciando a compreensão não isoladamente e sim como parte de um todo, uma teia, um sistema que possui profundas e complexas interações.

Outro estudioso em destaque é o físico Capra (1996) que lembra que a sustentabilidade apoia-se na combinação de cinco conteúdos básicos: “interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade”. Para o autor sustentabilidade não se refere somente à interação do homem com a preservação ou conservação para não comprometer o meio ambiente, é um processo que além de continuar a existir é capaz de manter um padrão de qualidade de vida, autonomia de manutenção, contar com as próprias forças, pertencer a uma rede de coadjuvantes sustentáveis além de promover a harmonia das relações sociedade-natureza. Nesse contexto, diz Capra (2013)¹⁶ que “a evolução não é uma luta competitiva pela existência, mas sim uma dança cooperativa.” Assim, as únicas soluções viáveis são as soluções sustentáveis. Corroborando com o autor, compreende-se que sustentabilidade remete à estabilidade, equilíbrio dinâmico e à interdependência dos ecossistemas.

O turismo vincula-se a questões ambientais, sociais e econômicas influenciando a dinâmica das comunidades receptoras, portanto, a participação da população no desenvolvimento e planejamento do turismo possibilita o desenvolvimento do turismo sustentável. As preocupações com o meio ambiente surgem, principalmente, quando a atividade turística é realizada em ambientes naturais e ambientes com diversidade de ecossistemas. Ruschmann (2012) ao discorrer sobre agentes de turismo e meio ambiente ressalta que:

Diante da importância crescente da atividade – tanto na economia das destinações, na vida das comunidades receptoras e na dos turistas com relação aos impactos da atividade, principalmente do turismo de massa sobre o meio ambiente natural - faz-se presente em todas as reuniões técnicas e científicas do setor a discussão sobre novas formas de turismo. (RUSCHMANN, 2012, p. 22).

¹⁶ Entrevista publicada no site Carbono Brasil. Disponível em <http://www.institutocarbonobrasil.org.br/ecossistemas1/noticia=734786#ixzz3CvrkN9nN>. Acesso em 18 de outubro de 2014.

Nesse processo, turismo sustentável é explicado por um conjunto de conceitos e ações que relaciona a atividade turística a um modelo coerente de respeito ao ambiente natural, tradição e preservação das comunidades. Conforme Santos e Campo (2003):

Reconhecidos como eixos básicos do desenvolvimento turístico sustentável equidade social eficiência econômica e conservação ambiental devem ser concebidos como metas fundamentais dos processos de mudanças contínuas que orientam e reorientam a participação da população na busca de formas adaptáveis as realidades locais no sentido de planejar e gerir qualitativamente a atividade turística. (SANTOS; CAMPO, 2003, p. 165).

Para alcançar tal sinergia no turismo, é importante pautar o pensamento que envolva planejamento, política pública, economia, meio ambiente e sociedade, vislumbrando evolução favorável para empreendedores, turistas e comunidade local. É o que se constata nas comunidades de Icapuí, entre donos de pousadas, bares e restaurantes e residentes em relação à inserção do turismo. Há toda preocupação voltada para ações pela preservação do uso do solo, no cuidado da vegetação, plantas, animais, manguezal, manutenção da pesca artesanal e valorização da cultura local. E, para além disso, passar esse pensamento integrado para o visitante.

O turismo nas comunidades litorâneas estudadas relaciona-se com a preocupação com o desenvolvimento sustentável porque revela a comunidade como protagonista e valoriza os costumes, tradições e aspectos culturais dos lugares. Para Portuguez e Coriolano (2012) enfrenta-se a questão ao identificar formas mais adequadas de inclusão de comunidades respeitando os valores culturais e, nessa perspectiva, o turismo de base cultural e ecológica surge ao abrir caminhos para o desenvolvimento sustentável. A reflexão dos autores é pertinente, visto que a atividade turística acarreta mudanças e impactos positivos, mas também negativos alterando a rotina dos residentes ao não considerar manifestações populares, conservação do patrimônio material e imaterial e hábitos típicos do lugar.

O turismo apropria-se do solo, modifica a paisagem existente e dá origem a novas formas urbanas. É uma atividade que se desenvolve por meio dos elementos dos espaços geográficos, dessa forma, utiliza a natureza como atrativo turístico, envolve equipamentos urbanos de infraestrutura do turismo e as comunidades receptoras com a população residente (CORIOLANO, 1998). Exige assim a ênfase na análise da realidade empírica para averiguar como essas comunidades receptoras conduzem-se diante da inserção da atividade turística no lugar.

As comunidades sofrem os impactos causados pela ação humana quando ocupadas pela atividade turística. Essa ocupação abrange a infraestrutura desde a construção de hotéis, residências de veraneio, bares, restaurantes, pousadas e vias de acesso, como reflete nas relações socioculturais e econômicas locais. É nesse processo que ocorre a apropriação e valorização do litoral. Oportuna se faz a afirmação de Dantas, Panizza e Pereira (2008, p. 1) ao se referirem que “os espaços à beira-mar tornam-se objetos de desejo quando mudanças paulatinas nas representações sociais desmistificam o, até então, desconhecido”.

Portanto, o turismo incorpora nesses espaços dinâmicas socioculturais e econômicas que incidem diretamente sobre a produção e consumo, refletindo alterações em lugares e paisagens, ao mobilizar Estado e empresários para obterem resultados econômicos e, conseqüentemente, a valorização da região. Quanto à valorização do espaço, os autores afirmam que a valorização, como produção social, não se define apenas pela criação de valor caracterizada pelas teorias econômicas. Envolve, na verdade, diversos aspectos simbólicos, culturais, tecnológicos e ambientais. Isso se evidencia nas comunidades pesquisadas ao não se preocuparem apenas com a construção de pousadas, barracas e restaurantes a beira mar, mas com a preservação do meio ambiente, cultura e patrimônio histórico do lugar.

Da análise se entende que a ocupação e valorização do litoral pela atividade turística envolve vários sujeitos como residentes, pescadores, empresários, comerciantes, visitantes que realizam novas formas de ocupação e transformação desses espaços.

3.2. Turismo e desenvolvimento à escala humana

O turismo é relevante por gerar oportunidade de trabalho, intercâmbio de pessoas e culturas e proporcionar crescimento aos destinos receptores por meio dos serviços prestados ao turista. Consolidou-se ao ser compreendido como mecanismo de desenvolvimento nacional, regional e local e contribuir com o Produto Interno Bruto (PIB) de diversos Estados. Enquanto fenômeno social, quando planejado para esse fim pode proporcionar a diminuição de desigualdades sociais, fortalecimento econômico, inclusão social e melhoria na qualidade de vida da população. Mas

quando planejado para a concentração do capital, o faz de modo especial visto ter sido planejado no rol dos serviços para recuperação ou reestruturação do capitalismo (CORIOLANO, 2006).

O turismo, na perspectiva do desenvolvimento, apresenta-se como possibilidade de trabalho, de geração de emprego e renda e entrada de divisas. Na perspectiva social pode ser forma de contato entre turistas e autóctones como agentes sociais. “Os saberes, formas de pensar e sentir, modos de fazer que, durante séculos de dominação ocidental, foram desconsiderados e desprezados, sinônimos de atraso sociocultural e econômico, são revalorizados por um novo modo de fazer e pensar o turismo.” (BRASILEIRO, 2012, p. 95) Dessa forma, a educação torna-se relevante para que o turismo seja direcionado ao desenvolvimento humano com inserção de residentes nas transformações sociais. Em Icapuí esse processo apresenta-se claro na comunidade de Ponta Grossa. É por meio do turismo que a comunidade se desenvolve aplicando os princípios da educação ambiental, salvaguardando ecossistemas, fazendo do turismo atividade de valorização diferencial de valorização dos jovens, mulher e homens que são quase todos pescadores. Nas palavras do líder comunitário de Ponta Grossa:

A pesca artesanal ainda é a principal atividade do lugar e o turismo não vai substituir essa atividade, mas o pescador também existe porque os donos e donas de barraca vão comprar o peixe e a lagosta. Já sabemos que temos o mercado garantido e o turista gosta de comer um marisco bom, da hora. Tudo está ligado, nós acreditamos em desenvolvimento assim, quando tudo depende um do outro e a cadeia produtiva se desenvolve com o fortalecimento de todos da comunidade. (Entrevista 04, em julho de 2014, em Ponta Grossa).

Verificou-se na comunidade a percepção de que o turismo pode contribuir para o desenvolvimento de uma comunidade que trabalha com prática de oferta de serviços turísticos de qualidade e respeito ao lugar e aos costumes que ali se desenvolvem. Sendo a atividade pensada como possibilidade de ações solidárias de troca de experiências e conhecimento entre povos e culturas diferentes. O turismo oferece oportunidades de negócios para municípios e comunidades, ajuda a promover desenvolvimento local e deve ser realizado de forma responsável. É o caso de Requenguela com proposta de turismo e desenvolvimento sustentável que instalou, em 2008, a Estação Ambiental Mangue Pequeno que desenvolve projetos de educação ambiental para a comunidade e realiza trabalhos de recuperação do

ecossistema do manguezal do lugar, e recebe turistas que procuram ver esse tipo de trabalho com a natureza e valorizam contatos com pessoas e ambientes saudáveis.

Negócio é apenas uma das partes do fenômeno turístico analisado pelo paradigma econômico que entende o turista como mero portador de dinheiro ou consumidor e leva ao esquecimento da dimensão antropológica. Mas também compreender o turismo apenas com a visão socioantropológica e ambiental não o segura como atividade econômica. Assim, o turismo é abrangente, engloba transversalidade contemplando aspectos econômicos, sociais políticos e culturais.

Um dos paradigmas do planejamento do turismo é a base local, que se utiliza das ciências sociais e trabalha comunidades. Nos estudos sobre comunidade na sociedade moderna contemporânea, Coriolano (2009, p. 45) conceitua comunidade como: grupo social residente em pequeno espaço geográfico, cuja integração de pessoas entre si e dessas com o lugar são identificados como comunidades. É um grupo pequeno de pessoas com modo próprio de viver as tradições religiosas, artísticas, culturais, históricas, sociais e que desenvolvem atividades produtivas, necessidades e aspirações, tendo, sobretudo, consciência da vida em comum. É assim que Coriolano (2009) concebe comunidade. A solidariedade, contudo, é princípio essencial da comunidade e é o que difere da sociedade moderna, que não gosta de conhecer e se envolver com problema dos outros. Ao discorrer sobre comunidade, Bauman (2003) afirma que o significado de comunidade sugere:

Coisa boa: o que quer que “comunidade” signifique, é bom “ter uma comunidade”, “estar numa comunidade”. Se alguém se afasta do caminho certo, frequentemente explicamos sua conduta reprovável dizendo que “anda em má *companhia*.” Se alguém se sente miserável, sofre muito e se vê persistentemente privado de uma vida digna, logo acusamos a *sociedade* _ o modo como está organizada e como funciona. As companhias ou a sociedade podem ser más não a *comunidade*. Comunidade, sentimos, é sempre uma coisa boa. (BAUMAN, 2003, p.7).

O autor expressa comunidade como lugar aconchegante, confortável e seguro, de pertencimento ímpar, diferente dos aglomerados sociais que remete ao paradoxo de resistir à segurança coletiva com vistas na segurança harmoniosa e individual. Contudo, na atualidade, admite-se que ha dificuldades para a vida em comunidade pelos avanços da sociedade moderna, contudo é esse o caminho que

se deve reencontrar. Ao estabelecer a relação entre turismo e comunidade receptora de turismo, recorre-se a Krippendorf (1989) que destaca:

Um dos elementos essenciais na busca do desenvolvimento harmonioso reside na reivindicação segundo a qual uma comunidade turística deve conservar o poder sobre o solo e, portanto, a decisão soberana sobre a utilização do mesmo. Em nenhuma hipótese deve despojar-se de seu principal instrumento de orientação. (KRIPPENDORF, 1989, p.191).

Na compreensão de Krippendorf (1989), as instalações dos equipamentos turísticos só seriam oportunas nos locais onde os empregos fossem assumidos pela população local para que dessa forma os residentes obtivessem benefícios sociais. A atividade turística em comunidades é realizada mitigando os impactos dos ecossistemas e respeitando a conservação ambiental. As reflexões sobre comunidade turística retratada por Bauman (2003), Coriolano (2009) e Krippendorf (1989) sugerem que o turismo leve ao desenvolvimento local, fortaleça o lugar e as pessoas. Sendo o desenvolvimento entendido como:

Aquele realizado em pequenos lugares de forma participativa, levando a mudanças socioestruturais, com caráter endógeno. Nele, os habitantes possuem relativa autonomia, para explorar o potencial do território que beneficie a maioria deles, e decidir como cada um pode contribuir com inovações. São os residentes os agentes principais do desenrolar de todo o processo de desenvolvimento e zelam pela qualidade dos relacionamentos interpessoais, interinstitucionais, aproveitam as sinergias em benefício da coletividade. (CORIOLANO; LIMA, 2012, p.109).

Nessa linha de pensamento, o desenvolvimento mostra-se com dimensões variadas quanto ao espaço, ambiente natural, ações humanas e, conseqüentemente, a inserção da atividade turística que se associa às demais atividades econômicas precisa promover o desenvolvimento.

Desenvolvimento que não vise somente o aumento dos indicadores econômicos, mas leve em consideração a dimensão dos valores culturais, ambientais da região, incentivando a criatividade dos residentes tornando-os protagonistas para ação de novas perspectivas sociais que beneficiem o crescimento da comunidade. Daí dizer Santos (2002) que:

Propor desenvolvimento com base local tem por significado contrariar a racionalidade econômica hegemônica e fortalecer o que designa de contrafinalidades, que são localmente geradas, ou seja, pensar no teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista [...], o impõe uma dinâmica da sociedade em constante movimento. (SANTOS, 2002, p. 93).

A dinâmica da sociedade globalizada concentradora acaba por promover exclusão social, aumentar a violência urbana, colocar em risco o meio ambiente, o que leva comunidades a buscarem alternativas para superar as dificuldades e desigualdades com práticas de desenvolvimento à escala humana, social e ambiental. Nessa perspectiva, Coriolano (2000) compreende desenvolvimento como:

Um conceito mais exigente que o conceito de crescimento econômico. Para que o desenvolvimento se concretize, não basta crescer a economia, a produção de riqueza ou o PIB (Produto Interno Bruto), faz-se necessário, sobretudo, que essa riqueza circule elevando o poder aquisitivo e a qualidade de vida de todos os segmentos da sociedade dentro dos princípios de direitos humanos. Quando cresce a economia e ela não é redistribuída, ocorre apenas o crescimento econômico concentrado. O desenvolvimento só se dá quando o crescimento econômico beneficia a todas as pessoas, ou seja, atinge a escala humana. Assim, todo desenvolvimento é crescimento econômico, mas nem todo crescimento econômico é desenvolvimento. O Brasil cresceu economicamente, mas não desenvolveu-se, uma prova disso é a grande exclusão social com a negação dos direitos humanos. (CORIOLANO, 2000).

Ao considerar a análise da autora, constata-se que um grupo como o de Icapuí que tem assegurados os direitos a uma vida digna com os serviços de saúde, educação, alimentação, bem-estar, habitação, vestuário, segurança e lazer deseja melhorar o desenvolvimento para atingir a escala humana.

Na perspectiva mais ampla de desenvolvimento, Furtado (2000) diz que o desenvolvimento não pode assumir apenas o caráter econômico do aumento da eficácia do sistema de produção, mas uma dimensão substantiva relativa à satisfação das necessidades humanas. O que se coaduna com a Teoria de Max-Neef do desenvolvimento à escala humana.

Os postulados de Max-Neef, com contribuição de Antônio Elizalde e Martin Hopenhayn na obra *Desenvolvimento à Escala Humana* de 1993, são que “o desenvolvimento se refere as pessoas e não a objetos.” (p. 28) O pensador chileno discute vários aspectos relativos ao desenvolvimento, entendendo-o como um processo capaz de satisfazer as necessidades humanas, não somente como metas a serem atingidas, mas também como razão para a existência do processo. Afirma Max-Neef (2012) que se trata de:

Um desenvolvimento à escala humana, orientado para a satisfação das necessidades humanas, exige uma nova maneira de interpretar a realidade. Ele nos impele a perceber e avaliar o mundo, isto é, as pessoas e seus processos, de uma forma muito diferente da convencional. De modo semelhante, uma teoria das necessidades humanas visando o desenvolvimento precisa ser compreendida, precisamente naqueles termos, como uma teoria para o desenvolvimento. (MAX-NEEF, 2012, p. 27).

Defende o autor que a economia convencional incorre em um erro fundamental de que as necessidades humanas são crescentes e ilimitadas, o que não é concebível. Demonstra que as necessidades humanas são poucas, delimitadas e classificáveis e, portanto, são as mesmas em qualquer época histórica e cultural. O que difere é a maneira como se satisfazem as necessidades, isso varia de cultura para cultura. Para explicar esse postulado, o autor utiliza a palavra *satisfatores*¹⁷ para definir a forma dominante que uma cultura ou sociedade imprime às suas necessidades. “Os satisfatores não são bens econômicos disponíveis. Estão relacionados a tudo aquilo que representa formas de Ser, Ter, Fazer e Estar, contribui para a realização das necessidades humanas”. (MAX-NEEF, 2012, p. 35).

Afirma o autor, que o equilíbrio entre as formas de ter, ser, fazer e estar reduz a possibilidade de frustração e faz a defesa da subjetividade ao defender a maneira pela qual se vivencia a necessidade de uma cultura ou sociedade com a qualidade de vida. Ou seja, as formas de expressão citadas passam necessariamente pelo subjetivo, visto que estão ligadas pela situação histórica e forma de viver das pessoas, que contemplam referências sociais, estratégias de vida, condições econômicas, relações com o meio ambiente, o que faz os satisfatores imprimirem às necessidades o caráter histórico e cultural e os bens econômicos a manifestação material.

Max-Neef (2012) indica uma matriz de satisfatores classificando as necessidades de acordo com as categorias existenciais de Ser, Ter, Fazer e Estar, de acordo com categorias axiológicas de Subsistência, Proteção, Afeto, Entendimento, Participação, Ociosidade, Criação, Identidade e Liberdade, com mostra o Quadro 1.

Quadro 1: Matriz de Necessidades e Satisfatores

¹⁷ Satisfator, por ser a que melhor corresponde a “satisfactor” do original em espanhol, e a “satisfier” da tradução para o inglês. (Max-neef, 2012)

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	1-Saúde física, mental, equilíbrio, senso de humor	2-Alimento, abrigo, trabalho	3-Alimentar, procriar, descansar, trabalhar	4-Meio ambiente, meio social
Proteção	5-Cuidado, adaptabilidade, autonomia, solidariedade	6-Sistema de saúde, trabalho, direitos	7-Cooperar, prevenir, planejar, curar, defender	8-Moradia, ambiente social, habitação
Afeto	9-Autoestima, solidariedade, respeito, tolerância, generosidade, receptividade	10-Amizade, família, parcerias, relação com a natureza	11-Amor, carinho, cuidar, cultivar	12-Privacidade, intimidade, espaço de convivência
Entendimento	13-Consciência crítica, receptividade, curiosidade, disciplina, racionalidade	14-Literatura, professores, comunicação	15-Investigar, experimentar, estudar, interpretar	16-Escolas, universidades, comunidades
Participação	17-Adaptabilidade, solidariedade, determinação, respeito	18-Direitos, responsabilidades, obrigações, privilégios, trabalho	19-Filiar-se, cooperar, propor, interagir	20-Partidos, associações, igrejas, comunidades
Ociosidade	21-Curiosidade, imaginação, despreocupação, senso de humor	22-Esportes, espetáculos, paz de espírito	23-Divagar, sonhar, relaxar, relembrar, divertir-se	24-Privacidade, intimidade, espaços de encontro, paisagens
Criação	25-Paixão, determinação, intuição, imaginação, ousadia, autonomia, curiosidade	26-Habilidades, métodos, trabalho	27-Trabalhar, inventar, construir, desenhar, compor, interpretar	28-Grupos culturais, seminários, espaços para expressão
Identidade	29-Sensação de pertencer, consistência, diferenciação, autoestima, assertividade	30-Símbolos, linguagem, religião, hábitos, costumes, grupos de referência, sexualidade, valores,	31-Comprometer-se, integrar-se, confrontar-se, conhecer a si próprio, realizar-se, crescer	32-Vida social, cotidiana, amadurecimento

		normas, memória histórica, trabalho		
Liberdade	33-Autonomia, autoestima, determinação, paixão, assertividade, ousadia, rebeldia, tolerância	34-Igualdade de direitos	35-Discordar, escolher, diferenciar-se, arriscar, desenvolver consciência, comprometer-se, desobedecer, mediar	36- Plasticidade espaço- temporal

Fonte: Adaptado de Max-Neef, 2012.

Para o economista chileno, a discussão entre necessidades e satisfatores permite reinterpretar o conceito tradicional de pobreza que é limitado e restrito e sugere falar de “pobrezas”, pois qualquer uma das necessidades humanas fundamentais que não esteja satisfeita representa um tipo de pobreza.

As incursões no campo permitem elaborar a matriz das necessidades humanas fundamentais das comunidades de Icapuí, a partir da matriz de Max-Neef, utilizando-se dados da pesquisa empírica encontrada nas respostas dos entrevistados quanto a relação do desenvolvimento do turismo e a realização das necessidades e satisfatores, apresentadas no Quadro 2 e Quadro 3.

Quadro 2: Matriz Necessidades Humanas Fundamentais Comunidades de Icapuí

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	Alimento, sobrevivência	Saúde, trabalho	Lazer, esporte	Meio ambiente e familiar
Proteção	Cuidado consigo e com a família	Saúde e segurança	Defender	Em casa
Afeto	Autoestima, carinho, amor, solidariedade	Dedicação, amizade, companheirismo	Carinho, amor, visitas	Em casa com familiares e amigos
Entendimento	Consciência	Respeito, diálogo	Receber e transmitir conhecimento	Em casa, escola e local de trabalho

Participação	Determinação, comprometimento	Direitos, deveres	Compartilhar opiniões	Em casa, escola e local de trabalho
Ociosidade	Despreocupação	Paz de espírito	Relaxar, divertir-se	Em casa e contato com a natureza
Criação	Imaginação	Habilidade	Trabalhar	Local de trabalho
Identidade	Autoconhecimento, pertencimento	Opinião, manutenção dos costumes	Interagir	Em casa, escola e local de trabalho
Liberdade	Autonomia	Direitos iguais	Posicionar-se	Em casa, escola e local de trabalho

Fonte: PEREIRA, Maria Fernanda S. N., 2014.

O resultado da matriz indica que para satisfazer a necessidade de subsistência, as pessoas precisam do alimento, saúde, trabalho e lazer no ambiente familiar. Pertinente se faz ressaltar, que no “ter”, os entrevistados não se referiam a palavra “dinheiro”, mas sim “trabalho”. Outra necessidade a se destacar é identidade, ao optarem pela manutenção dos costumes da comunidade. Ressalta-se que todas as necessidades realizam-se na perspectiva dos residentes continuarem residindo no município. O Quadro 3 representa a matriz de satisfatores das comunidades de Icapuí.

Quadro 3: Matriz Satisfatores Comunidades de Icapuí

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	Saudável	Alimento, trabalho e apoio institucional	Lazer, cuidar-se	Paz interior e com os outros
Proteção	Amigo, companheiro	Casa, segurança, filhos protegidos e amigos	Defender a si e familiares de doenças e drogas	Em casa, em paz
Afeto	Alegre	Vontade de ajudar	Mostrar-se disposto a ajudar	Em casa com familiares e amigos

Entendimento	Consciência dos problemas	Como ajudar	Receber e transmitir conhecimento	Em casa, escola e local de trabalho
Participação	Exercida em benefício da comunidade	Vontade de mostrar o que pensa	Contribuir com a comunidade	Em casa, escola e local de trabalho
Ociosidade	Despreocupado	Tempo	Brincar com os filhos, ver o movimento das pessoas	Em casa, casa de amigos e no contato com a natureza
Criação	Inteligente	Habilidade	Artesanato, bordado, atender bem as pessoas	Local de trabalho
Identidade	Sentir que faz parte da comunidade	Respeito com as pessoas e costumes locais	Agir respeitando a comunidade	Em casa, escola e local de trabalho
Liberdade	Independente	Consciência dos atos e opção religiosa	Tentar ser feliz	Em casa, escola e local de trabalho

Fonte: PEREIRA, Maria Fernanda S. N, 2014.

A matriz dos satisfatores reforça em relação às necessidades apresentadas quanto a intenção dos entrevistados, para o suprimento das necessidades de subsistência no próprio território, mas contando com o apoio institucional, ou seja, o apoio da prefeitura. O que comprova essa avaliação é quanto a identidade, o olhar dos residentes direcionado ao pertencimento ao lugar e respeito aos costumes é muito forte e diferenciado. O axioma liberdade sinaliza a satisfação das necessidades e satisfatores realizadas no próprio município. Há sentimento de pertença muito definido.

Coriolano (2012) ressalta que, ao definir os parâmetros para o desenvolvimento à escala humana, Max-Neef remete a qualidade de vida para países ou comunidades o que contribui para a construção de novo paradigma para o desenvolvimento baseado no protagonismo das pessoas, na definição do modo de vida que cada comunidade ou país escolhe para se desenvolver. Baseia-se, sobretudo, na autonomia das pessoas, das comunidades e países como sujeitos do

processo de desenvolvimento. Entende-se, portanto, esse novo paradigma de desenvolvimento como resgate do valor humano voltado com atenção ao cuidado com a natureza, valorização da ética e do desenvolvimento social, econômico e cultural local.

3.3. O turismo que temos e o turismo que queremos

As comunidades de Ponta Grossa, Redonda, Requenguela e Tremembé são os principais destinos turísticos de Icapuí e concentram a maior parte dos serviços turísticos do município. Desenvolvem-se de forma diferenciada, ou seja, cada comunidade oferece distintamente os serviços turísticos o que revela as formas de organização sociocultural e a realidade geoambiental de cada uma.

As comunidades pesqueiras são tradicionais e se assumem como núcleos receptores de turismo alternativo e participativo. Assim organizam-se em associações e oferecem um turismo como oportunidades de trabalho e realização humana aos residentes atentando para o respeito ao meio ambiente. Fizeram do turismo uma forma de promover o desenvolvimento do lugar, com a venda de produtos turísticos, instalação de barracas de praia, restaurantes à beira-mar, venda de artesanato e oferta da culinária marítima com pratos típicos dos frutos do mar. Dessa forma, comunidades asseguram o ordenamento do território com a criação de associações, cooperativas e sindicatos tendo em vista ações tomadas em conjunto que atendam as necessidades locais e o fortalecimento comunitário. Bourdin (2001) compreende que o local se desenvolve pela ideia do “viver junto” associado à defesa dos interesses coletivos. Para o autor:

A sociedade local se define primeiro como um grupo de indivíduos (ou de famílias) que partilham dos mesmos valores e vivem juntos num território em que se desenvolve o conjunto da atividade coletiva e individual, depois como a partilha de um mesmo território por diversos grupos comunitários (religiosos, étnicos etc.). (BOURDIN, 2001, p. 199).

Os habitantes das comunidades das pequenas cidades assumem a lógica da coletividade, passam a ser sujeitos que interferem na realidade do lugar e adquirem protagonismo na vida política, econômica, cultural e social onde residem. Coriolano (2009) mostra que ao se organizarem em associações e formarem movimentos sociopolíticos vão à busca de solução dos problemas locais referentes à falta de trabalho, de residências, escolas, em defesa do meio ambiente e da cultura

local, sem ser de forma individualista. É o caso da Associação de Turismo, Cultura e Meio Ambiente de Ponta Grossa - Astumac e da Associação Tremembé Onlus, representada pela ONG Caiçara de Promoção Humana de Icapuí que atuam nas comunidades na busca do desenvolvimento comunitário sustentável.

Para o desenvolvimento do turismo compreendem a importância da existência das organizações, fundações e associações engajadas no processo de planejamento e crescimento ordenado da atividade turística de Icapuí. A análise de Castelli (2001) quanto a atuação de organizações não governamentais atenta para o fato destas, bem como as intergovernamentais e as que estão associadas ainda que indiretamente ao turismo, trabalharem para atingir por meio da atividade turística, o desenvolvimento social, econômico, cultural e educacional com base no entendimento e compreensão internacionais da harmonia entre os povos. Para Rabinovici e Lavini (2005) as Organizações Não Governamentais – ONGs:

Fazem parte do chamado terceiro setor, formado por entidades de caráter privado e sem fins lucrativos, as quais se orientam por valores e não pelo lucro, ou seja, possuem fins públicos e não econômicos. Contam com a capacidade de gerar projetos, assumir responsabilidades, empreender iniciativas e mobilizar recursos necessários ao desenvolvimento social do país, além de promoverem iniciativas na esfera pública, não realizadas pelo Estado ou complementares a ele, destinadas ao interesse comum. Possuem uma estrutura formal, são autônomas e exercem uma função política na sociedade. Seu objetivo maior é o benefício social para a comunidade ou públicos específicos, o qual atinge através de parcerias ou alianças estratégicas. (RABINOVICI E LAVINI, 2005, p. 3, 2005).

No caso das comunidades pesquisadas, especificamente Ponta Grossa, Requenguela e Tremembé o turismo apresenta-se como possibilidade do uso sustentável dos recursos naturais, com apoio das ONGs ambientalistas que se articulam com as comunidades e governo municipal para o desenvolvimento de programas e projetos de turismo sustentável com vistas na compreensão da dimensão local e na resolução dos conflitos socioambientais que ali existem. A exemplo dos projetos sociais que chegam por meio da ONG que se preocupa com os ecossistemas aquáticos, Aquasis¹⁸ – Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos, que tem como missão desenvolver ações e pesquisas para preservação da biodiversidade e uso responsável dos recursos naturais no Nordeste do Brasil, estimulando mudanças de atitude para a construção de uma sociedade

¹⁸ www.aquasis.org.

sustentável. O Instituto Terramar¹⁹, outra ONG que atua nessas comunidades, sem fins lucrativos no campo popular democrático, na proteção da Zona Costeira do Ceará, para o desenvolvimento humano com justiça socioambiental, cidadania, participação política, autonomia dos grupos organizados e fortalecimento da identidade cultural dos Povos do Mar do Ceará. A Fundação Brasil Cidadão para a Educação, Cultura, Tecnologia e Meio Ambiente – FBC²⁰ é outra ONG ou organização civil sem fins lucrativos, que prioriza iniciativas por meio de projetos permitem seu público-alvo alcançar progresso baseado na autossustentabilidade e melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Redonda, comunidade histórica, apesar de ter tido forte participação na luta política do município, que foi reduto do PT e chegou na formação da Associação de Moradores para desenvolver o trabalho de consciência dos nativos para não venderem as casas e a Associação de Pescadores contra a pesca predatória da lagosta no início da década de 1990, encontra-se totalmente desarticulada com o turismo voltado para pousadas, embora sejam na maioria de proprietários nativos, antigos pescadores, o que comprova o crescimento econômico de um grupo local, mas que perdeu o elã pela vida comunitária. É, portanto, um retrocesso considerando a história da politização de Icapuí e da comunidade que recebia como principal turista o ex-presidente Lula. Redonda destaca-se das demais comunidades por apresentar melhor estrutura de hospedagem. O turista que lá chega é informado pelos donos das pousadas, bares e restaurantes quanto ao respeito às regras de convivência e de respeito ao lugar.

O município de Icapuí conta com a Associação Grupo de Desenvolvimento do Turismo – GDTur, formada por 23 associados que são empresários donos de pousadas, bares e restaurantes e trabalha com as comunidades na promoção de eventos, campanhas de limpeza das praias e reciclagem de lixo. Faz parceira com instituições como o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas e SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial para capacitação de garçons e aperfeiçoamento da culinária e com o governo do Estado na promoção de eventos como o Festival da Lagosta e o Acampamento Latino-americano em Icapuí.

¹⁹ www.terramar.org.br.

²⁰ www.brasilcidadao.org.br.

CONCLUSÕES

Após o período de pesquisa e estudo científico sobre turismo em comunidades na busca do desenvolvimento à escala humana, em Icapuí/CE conclui-se que além do turismo ser um fenômeno político, social, econômico e cultural, envolve a forma de como as comunidades litorâneas se organizam para receber a atividade, sobretudo por serem reconhecidas pelo município, Estado e mídia nacional como “paraísos tropicais”. O turismo no município de Icapuí revela-se como meio de sobrevivência aliado a busca da melhoria da qualidade de vida e preservação do ambiente natural do lugar.

O turismo tem se desenvolvido como prática social, cultural, ambiental e econômica transformando os espaços ocupados onde a atividade turística está inserida. Nesse processo o turismo é realizado sob vários propósitos desde a concentração de capital à distribuição dos resultados acumulados pela atividade. No caso da pesquisa, constatou-se o uso da atividade nas comunidades de Icapuí como meio para enfrentar problemas sociais, econômicos e ambientais da população em busca do desenvolvimento local baseado na sustentabilidade e no fechamento das “portas” do lugar ao turismo convencional. Sendo assim um turismo de resistência. O desenvolvimento local pautado na responsabilidade socioambiental é uma realidade para o enfrentamento das desigualdades sociais, que associada ao turismo responsável contribui para o ordenamento territorial e redução das desigualdades sociais, visto que a comunidade não quer e nem permite degradar o ambiente natural e tem o turismo como oportunidade de pequenos negócios.

O turismo não é a única opção econômica do lugar, mas apenas mais uma para se somar as tradicionais e as pré-existentes antes do turismo. A pesca artesanal, atividade em declínio e sem o suporte do poder público para se desenvolver a contento, ainda é uma atividade que garante o sustento de várias famílias. Nesse sentido, o turismo insere-se nas comunidades como mais um meio de desenvolvimento econômico e social, estímulo à preservação ambiental e valorização da cultura do município.

A proposta de desenvolvimento à escala humana de Max-Neef (2012) contribui para a discussão do desenvolvimento humano pautado no serviço às

peças, que ocorre com base no conhecimento das necessidades e com satisfatores para os residentes, ou seja, entendendo as necessidades básicas, as induzidas pelo capitalismo e as formas de satisfação das necessidades. A exemplo das comunidades pesquisadas que se tornaram sujeitos no processo de desenvolvimento, com participação direta, na busca de soluções criativas e adequadas às necessidades de cada uma. É nesse sentido que se buscou conhecer a forma de como os moradores se articulam para a realização das necessidades fundamentais e por meio de quais atividades. O trabalho é, para essas pessoas, altamente gratificante e não está exclusivamente voltado ao capital, mas à realização humana, podendo-se afirmar que na prática eles vivenciam a afirmação de Max-Neef que a economia está para servir o homem e não o homem para servir a economia. Nesse sentido o turismo tem contribuído para o desenvolvimento à escala humana.

São núcleos receptores de turismo, apesar do poder público local, na atualidade, não implantar ações específicas para regular a atividade turística, toda a política de turismo é assumida pelas comunidades. As comunidades se organizam, enfrentam e se reúnem para decidir a proposta de turismo que podem desenvolver em cada uma delas. Para os residentes das comunidades estudadas o turismo tem sido de grande importância para dinamizar a vida social do lugar, além de contribuir para melhoria de ganhos econômicos com a venda dos produtos turísticos, o que tem ajudado a valorizar as comunidades.

Ponta Grossa é exemplo de turismo comunitário. O desenvolvimento do turismo é organizado, realizado para a satisfação do turista e, sobretudo para o bem comum da comunidade. Há a preocupação dos residentes com a preservação da identidade do lugar, dos costumes e de não permitir que a inserção da atividade turística permita apenas a entrada de renda e trabalho como fato isolado para a comunidade. A participação das associações locais, das ONGs e dos moradores permitem a divulgação e execução do turismo planejado e responsável por meio de discussões com temas relevantes para a população como educação ambiental, cultura e protagonismo cidadão. Dessa forma, a comunidade revela-se protagonista na busca pelo desenvolvimento humano e sustentável por meio do turismo.

Redonda apresenta-se na lógica do turismo de base local, por se contrapor ao turismo convencional, propondo ao visitante uma estada tranquila, sem atividades noturnas, de contemplação à natureza e cuidado ao meio ambiente. Contudo não há o envolvimento completo da comunidade, ou seja, os sujeitos que determinam a atividade são os donos das pousadas, que acordados entre si primam por estimular turistas e nativos para troca de culturas com respeito aos costumes e ao patrimônio natural. Além de também não contar com o poder institucional, encontra-se desarticulada em termos de liderança comunitária, o que faz com que a busca pela realização das necessidades da população seja feita de forma isolada, sem a participação efetiva das associações de moradores.

Requenguela apresenta-se no contexto do litoral icapuiense como modelo de desenvolvimento sustentável respaldado nas iniciativas do turismo responsável por meio da ONG Fundação Brasil Cidadão, que consegue envolver a comunidade em projetos que asseguram a melhoria da qualidade de vida dos residentes e do ecossistema local. Um dos benefícios relevantes no processo é a educação ambiental, que permite as crianças da comunidade crescerem com o entendimento de que cuidar e preservar a paisagem natural é fator essencial para o desenvolvimento de uma sociedade justa e de uma cultura de respeito que envolve não só pessoas, mas lugares que precisam ser preservados.

Quanto ao desenvolvimento do turismo a comunidade de Tremembé apresenta-se em dois universos: um, que abrange os donos de barracas e restaurantes de praia preocupados em complementar a renda familiar com o fluxo da atividade turística, sem a preocupação ambiental e/ou qualidade de vida dos habitantes da comunidade, e outro, representado pelos administradores da Pousada Tremembé, pioneira na proposta de desenvolver o turismo na comunidade, mas não consegue envolver os residentes por meio do turismo responsável, preocupado com a cultura, história e sustentabilidade socioambiental que desenvolvem no lugar. Observa-se que apesar do distanciamento da comunidade, há compromisso do desenvolvimento do turismo sustentável, Tremembé faz parte da Rede TUCUM e promove para os visitantes da pousada o turismo responsável.

A forma como as comunidades pesquisadas desenvolvem-se no turismo e têm na atividade um meio para satisfazerem as necessidades humanas

fundamentais, remete a trajetória de luta do povo icapuiense desde a emancipação política. Primeiro, encampam a luta pela autonomia do município e durante um período supracitado fazem parte da construção de uma política participativa obtendo ganhos socioeconômicos para a população, em seguida, ao sentirem-se excluídos do processo participativo com o afastamento das instituições políticas, encampam a luta pela autonomia comunitária definindo ações que fortalecem o desenvolvimento digno de pessoas e de lugares. Dessa forma as ONGs têm sido de grande influência na sustentação da organização comunitária, contribuindo, sobretudo, para educação ambiental e sociabilidade das comunidades.

Conclui-se, ainda, que o turismo alternativo diferencia-se do convencional por voltar-se essencialmente a valores humanos, ao cultivo da amizade com os visitantes, à colaboração e solidariedade entre os produtores dos serviços turísticos. Para esse eixo do turismo a prioridade é preservar o patrimônio e a cultura local, além da conservação do meio ambiente, fortalecendo a consciência de que o padrão da vida em contato com a natureza são prioridades.

REFERÊNCIAS

- AVENA, Biagio Mauricio. **Por uma Pedagogia da viagem, do turismo e do acolhimento: itinerário pelos significados e contribuições das viagens às (trans) formações de si.** 2008. 516p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 2008.
- BARRETO, Margarida. **Planejamento responsável do turismo.** Campinas, SP: Papyrus, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual;** tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo.** São Paulo: SENAC, 8ª ed. Atualizada, 2003.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BOSI, Ecléa. **Memória da cidade: lembranças paulistanas.** Instituto de Estudos Avançados. São Paulo: USP, vol.1, n.1, 1987.
- BOULLÓN, Roberto. **Planejamento do espaço turístico.** São Paulo: EDUSC, 2002.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Sol e praia: orientações básicas.** Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2ª ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BURNAY, M. J. **Turismo de natureza.** Ciclo de debates 200. Livro de Actas do Seminário Turismo e Natureza – Perspectivas de Intervenção. IFT. Lisboa, 2000. p. 25-34.
- BOURDIN, Alain. **A questão local.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Sol e Praia**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação – Geral – Segmentação. – 2ª ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; MEDINA, Júlio César C.; CORIOLANO, Luzia Neide M. T. (Orgs) Turismo, Cultura e desenvolvimento. In: BRASILEIRO, Maria Dilma Simões. **Desenvolvimento e turismo: para além do paradigma econômico**. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARBOGIM, Maria Leinad Vasconcelos. (Org.) **Memória Viva de Icapuí**. Fortaleza: Fundação Brasil Cidadão, 2013.

CASTELLI, Geraldo. **Turismo: atividade marcante**. 4ª ed., ver. ampl. Caxias do Sul, RS: EDUCS (Editora da UCS), 2001.

CIRILO, José Airton Félix. **Autonomia Municipal: Icapuí, uma experiência inspirada na Pólis**. Fortaleza: Editora Expressão Gráfica, 2002.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **Do Local ao Global: O Turismo Litorâneo Cearense**. Campinas – São Paulo: Papyrus, 1998 (Coleção Turismo).

_____. O desenvolvimento na escala humana. **Congresso Virtual**, 2000. Disponível em http://www.naya.org.ar/congreso2000/ponencias/Luzia_Neide_Menezes.htm. Acesso em 22 out. 2014.

_____. **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. In: Os limites do desenvolvimento e o turismo. Fortaleza, EdUECE, 2003.

_____. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. Fortaleza: Ed. Annablume, 2006.

_____. et al. **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudanças**. Fortaleza: EdUECE, 2009.

_____; MENDES, Eluziane Gonzaga. A prainha do Canto Verde lócus de resistência e turismo comunitário. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T.; LIMA, Luiz Cruz. (Orgs.) **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EdUECE, 2003.

_____; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **O turismo e a relação sociedade – natureza**: conflitos e resistências. Fortaleza: EdUECE, 2007.

_____; SOUZA NETO, Gerardo Facundo de. Turismo comunitário versus turismo globalizado: o caso da praia do Batoque, Aquiraz, Ceará. In: **II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL**. Fortaleza, Anais II Sits, 2008.

_____; LIMA, Ana Clévia G. A contribuição do turismo ao desenvolvimento na escala humana. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T.; VASCONCELOS, Fábio Perdigão (orgs.). **Turismo, território e conflitos imobiliários**. Fortaleza: EdUECE, 2012.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas de turismo e construção do espaço turístico litorâneo no Nordeste do Brasil. In: LEMOS, A. I. G. de. **Turismo**: impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 2001. P.263 – 271.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; PANIZZA, Andrea de Castro; PEREIRA, Alexandre Queiroz. Vilegiatura marítima no Nordeste brasileiro. In: **Actas Del X Colóquio Internacional de Geocrítica**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2008 a p. 26-30.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento – enfoque histórico-estrutural**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREITAS FILHO, Manuel de. **Aldeia do areal**: história e memória de Ibicuitaba – Icapuí – CE. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003.

IBGE, 2013. Disponível em <http://cod.ibge.gov.br/72F>.
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=230535>. Acesso em 11 de junho de 2013.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira S. A. 1989.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 5ª ed. 2003.

MAX-NEEF, Manfred A. **Desenvolvimento à escala humana: concepção, aplicação e reflexões posteriores**. Trad. Rede Viva. Blumenau: Edifurb, 2012.

MEIRELLES, Antonio Jeovah de Andrade; SANTOS, Ana Maria Ferreira dos. **ATLAS DE ICAPUÍ Fortaleza, CE**. Editora Fundação Brasil Cidadão, 2012.

MINAYO, M. C. de S. DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Aline. **Litoral leste do Ceará tem praias desertas com dunas e falésias**. Edição do dia 24 maio 2013. <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2013/05/litoral-leste-do-ceara-tem-praias-desertas-com-dunas-e-falesias.html>. Acesso em 24 mar. 2014.

OLIVEIRA, Almir Leal de. et AL. **Praia de Ponta Grossa: vestígios arqueológicos da ocupação humana**. Fortaleza: Gráfica LCR, 2012.

OMT – Organização Mundial do Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira; CORIOLANO, Luzia Neide. Identidade cultural na perspectiva do turismo de base local. In: CORIOLANO, Luzia Neide; VASCONCELOS, Fábio Perdigão (orgs.). **Turismo, território e conflitos imobiliários**. Fortaleza: EdUECE, 2012.

PETROCCHI, Mário. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

RABINOVICI, Andréa; LAVINI, Carolina. ONGs – Ecos de um turismo sustentável. In: NEYMAN, Zysman; MENDONÇA, Rita. **Ecoturismo no Brasil**. Barueri – SP: Editora Manole, 2005.

REDE TUCUM, **Caderno de normas da Rede Tucum – Rede Cearense de Turismo Comunitário**. Rosa Martins (Org.) Fortaleza: Instituto Terramar, 2013.

RUSCHMANN, Doris Van De Meene. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente**. 16ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. (Coleção Turismo).

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, C. A. J. S.; CAMPOS, A. C. Estratégias para o desenvolvimento sustentável do turismo. In: CORIOLANO, L. M. T.; LIMA, L. C. **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 161- 172.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (coleção Milton Santos; 1)

SCATAMACCHIA, Maria Cristina M. **Turismo e arqueologia**. São Paulo: Aleph, 2005. – (Coleção ABC do turismo).

SILVA, José Airton Félix Cirilo da. **Icapuí: uma história de Luta**. Fortaleza, 1998.

SILVA, Marí Cecília Silvestre da. **Organização e Autonomia da Comunidade de Redonda, Icapuí – CE**. Fortaleza, 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2004.

SOUZA, Antonio Cândido de Mello e. O direito à literatura. In: FESTER, A. C. R. (Org.) **Direitos humanos e direito à literatura**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et al (Org.) **Geografia: conceitos e termos**. Rio de Janeiro. Bertrand, Brasil, 1995.

TEIXEIRA, J. G. L. C.; GARCIA, M. V. C.; GUSMÃO, R. **Patrimônio imaterial, performance cultural e (re) tradicionalização**. Brasília: ICS-UNB, 2004.

TULIK, Olga. **Turismo e meios de hospedagem: casas de temporada**. São Paulo: Roca, 2001.

VELOSO, Marcelo Parreira. **Turismo simples e eficiente: um guia com orientações básicas para municípios**. São Paulo: Roca, 2003.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Roteiro I de entrevistas e depoimentos dos moradores das comunidades de Ponta Grossa, Redonda, Requenguela e Tremembé, Icapuí-CE.

PESQUISA: Turismo em Comunidades: a Busca pelo desenvolvimento à Escala Humana em Icapuí-CE

PERÍODO: 2013-2014

PESQUISADORA: Maria Fernanda Sales Nogueira Pereira

ORIENTADORA: Professora Dra. Luzia Neide M. T. Coriolano

ENTREVISTA REALIZADA COM CINCO GERENTES DE POUSADAS NA COMUNIDADE DE REDONDA, SOBRE OFERTA E DEMANDA TURÍSTICA

DEMANDA:

POUSADA:

Informações gerais sobre a pousada:

Demanda de hóspedes no período de junho de 2010 a junho de 2013:

Características dos hóspedes: se casais com filhos, sem filhos ou solteiros.

Porque procuram a pousada e quem os indica:

Tempo médio de estada:

Com que frequência voltam:

OFERTA:

POUSADA:

Características:

Atrativos:

Observações:

APÊNDICE B – Roteiro II de entrevistas e depoimentos dos moradores das comunidades de Ponta Grossa, Redonda, Requenguela e Tremembé, Icapuí-CE.

PESQUISA: Turismo em Comunidades: a Busca pelo desenvolvimento à Escala Humana em Icapuí-CE

PERÍODO: 2013-2014

PESQUISADORA: Maria Fernanda Sales Nogueira Pereira

ORIENTADORA: Professora Dra. Luzia Neide M. T. Coriolano

Nome:

Idade:

Comunidade:

1 A Comunidade

História e formação:

Fatos marcantes:

População:

Principal atividade econômica desenvolvida:

Coisas que dão orgulho e coisas que incomodam:

A política de Icapuí tem ajudado a comunidade a se desenvolver?

Conhece alguma Associação ou ONG que desenvolva trabalho de turismo sustentável?

Conversa informal sobre necessidades fundamentais e satisfações, tendo como base as Matrizes de Max-Neef (2012)

2 O Turismo

Como e quando chegou o turismo:

A presença do turista contribui ou não para a comunidade?

Principais mudanças por conta do turismo:

Observações:

APÊNDICE C – Roteiro III de entrevistas e depoimentos de turistas que frequentam as comunidades de Ponta Grossa, Redonda, Requenguela e Tremembé, Icapuí-CE.

PESQUISA: Turismo em Comunidades: a Busca pelo desenvolvimento à Escala Humana em Icapuí-CE

PERÍODO: 2013-2014

PESQUISADORA: Maria Fernanda Sales Nogueira Pereira

ORIENTADORA: Professora Dra. Luzia Neide M. T. Coriolano

O Turista

Já conhecia o litoral de Icapuí?

Veio por indicação de alguém?

Quais as praias que lhe chamam mais atenção? Por quê?

O que mais lhe atrai nesse litoral?

Que tipo de turismo veio realizar?

Há quanto tempo frequenta esse litoral? Em média, passa quanto tempo?

Já ouviu falar de algum projeto desenvolvido por alguma comunidade do local?

O que você acha que deve ser feito para melhorar o serviço turístico do município?

Observações:

APÊNDICE D – Roteiro IV de entrevistas e depoimentos de Líderes comunitários, presidentes de Associações e ONGs que atuam nas comunidades de Ponta Grossa, Redonda, Requenguela e Tremembé e com o Secretário de Turismo de Icapuí-CE.

PESQUISA: Turismo em Comunidades: a Busca pelo desenvolvimento à Escala Humana em Icapuí-CE

PERÍODO: 2013-2014

PESQUISADORA: Maria Fernanda Sales Nogueira Pereira

ORIENTADORA: Professora Dra. Luzia Neide M. T. Coriolano

Líderes comunitários, presidentes de Associações e ONGs e Secretário de Turismo do Município.

Dados quantitativos e qualitativos sobre turismo:

Que projetos são desenvolvidos:

A comunidade se envolve?

Planos de turismo em Icapuí:

O que é Icapuí para você?

O que torna Icapuí um município diferenciado?

Qual a história de luta dos residentes?

Quais as contradições políticas do município?

Quais as transformações ocorridas no município em função do turismo?

Que segmento turístico existe em Icapuí?

O que se destaca como especial na oferta turística do município?

Principais problemas de Icapuí, na atualidade: